

SUP. REG. DO DNIT NO ESTADO DO MARANHÃO

Termo de Referência 10/2025

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

10/2025

393030-SUP. REG. DO DNIT NO ESTADO DO MARANHÃO

Editado por

LOURINALDO JORGE PIRES

Atualizado em

06/01/2026 11:02 (v 2.9)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia

Número da Contratação

50615.001036/2024-36

Processo Administrativo

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para a prestação de Serviços Comuns de Engenharia relativos a Supervisão na execução de obras e serviços de engenharia aquaviária no âmbito da Superintendência Regional do Maranhão - SRE/MA / DNIT, constantes no PPA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ESPECIFICAÇÃO	EXTENSÃO KM	CATSER	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de Serviços Comuns de Engenharia relativos a Supervisão na execução de obras e serviços de engenharia aquaviária e de Gerenciamento e Coordenação Geral das ações aquaviárias da Superintendência Regional	00000134-1	mês	36	R\$ 263.824,81	R\$ 9.497.693,16
	Prestação de Serviços Comuns de Engenharia relativos a Supervisão na execução de obras e serviços de engenharia aquaviária e de		Un			

2	Gerenciamento das ações aquaviárias no âmbito da Superintendência Regional do Maranhão - SRE-MA/DNIT, na região Hidrográfica do Atlântico Nordeste Ocidental.	00000134-1	KM Ha	-	-	R\$ 8.354.966,30
3	Prestação de Serviços Comuns de Engenharia relativos a Supervisão na execução de obras e serviços de engenharia aquaviária e de Gerenciamento das ações aquaviárias no âmbito da Superintendência Regional do Maranhão - SRE-MA/DNIT, na região Hidrográfica do Parnaíba.	00000134-1	Un KM Ha	-	1	R\$ 7.438.868,84
TOTAL						R\$ 25.291.528,30

1.2. O objeto do presente Termo de Referência é a contratação de empresa especializada para a prestação de Serviços Comuns de Engenharia relativos a Supervisão na execução de obras e serviços de engenharia aquaviária e de Gerenciamento das ações aquaviárias no âmbito da Superintendência Regional do Maranhão - SRE/MA/DNIT.

1.3. Informações essenciais:

1.4. Lote : Único

1.5. **Unidade Responsável:** Superintendência Regional do DNIT no Estado do Maranhão

1.6. **Município(s):** Municípios abrangentes das Regiões Hidrográficas dos locais da execução das obras e serviços a serem supervisionados são aqueles constantes no item 3.5.3.

1.7. **Corpos hídricos:** Hidrovia do Mearim (HN 302), Hidrovia do Rio Itapecuru HN-301, Hidrovia do Pindaré (HN 304), Hidrovia do Grajaú (HN 305) e Hidrovia do Parnaíba (HN 400).

1.8. **Código PNV:** : HN 301, 302, 304, 305 e 400 - Código PNV e instalações portuárias: 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167 e 168, Ilha Grande do Paulino. Mandacaru, Caburé, Morro do Meio, Canárias, Tatús I e Tatus II, Itapecuru-mirim, Cantanhede, Pirapemas, Coroatá, Timbiras, Aldeias Altas, Caxias, Governador Eugênio Barros, Fortuna e Colinas

1.9. **CATSER:** 00000134-1 - Supervisão, gerenciamento, fiscalização - projeto construção, obras civis.

1.10. **Modalidade de Licitação:** Concorrência Pública.

1.11. **Critério de Julgamento da Licitação:** Técnica e Preço, em conformidade com o § 1º do art. 36 e § 2º do art. 37 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.12. **Regime de Execução do Contrato:** EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

1.13. Também foi levado em consideração que a medição dos produtos de frequência mensal estará condicionada à devida apresentação e aprovação dos seus respectivos relatórios, envolvendo desta forma, a medição unitária de quantitativos.

1.14. O Acórdão TCU 1977/2013 – Plenário traz sobre o assunto:

“9.1.3. a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea 'a', da Lei 8.666/93, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras;”

1.15. **Forma de Execução da Licitação:** Eletrônica.

1.16. **Modo de Disputa:** Fechado, em conformidade com o § 1º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.17. **Permite Consórcios:** Sim. Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio. A participação de consórcios será permitida por se tratar de contratação de empresa para supervisão de obras Aquaviárias, cuja execução dos serviços contratados necessita de um corpo técnico com expertise comprovada para atender às necessidades do objeto, incomum a uma única empresa, com diversos objetos e técnicas especializadas (obras em ambiente hidroviário). O consórcio deverá ter uma administração única, que se dará por meio da líder do consórcio, para a garantia de uniformidade técnica no desenvolvimento das atividades.

1.18. **Permite Subcontratação:** Sim, será permitida a subcontratação para as atividades que não constituem o escopo principal do objeto e os itens exigidos para comprovação técnica operacional ou profissional, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do orçamento, desde que previamente autorizado pelo DNIT.

1.19. **Orçamento Estimado:** O valor total do somatório do orçamento referencial é de **R\$ 25.291.528,30(vinte e cinco milhões, duzentos e noventa e um mil, quinhentos e vinte e oito reais e trinta centavos).**

1.20.**Mês/Ano de Referência:** JULHO de 2025.

1.20.1. No orçamento de referência do DNIT, para consultoria, foram consideradas as taxas descritas a seguir, as quais deverão ser consideradas como limite pelas licitantes:

Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP			
Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes – CGCIT			
Tabela de Preços de Consultoria			
Tabela 1 - Benefícios e Despesas Indiretas			
Benefícios e Despesas Indiretas - BDI			
Despesas Indiretas		% sobre PV	% sobre CD
Administração Central	Variável - f (CD)	6,91	10,00
Despesas Financeiras	0,97% sobre (PV - Lucro)	0,89	1,29
Riscos	0,50% do PV	0,50	0,72
Seguros e Garantias Contratuais	0,10% do PV	0,10	0,14
Subtotal 1		8,40	12,16
Benefícios		% sobre PV	% sobre CD
Lucro	Variável - f (CD)	8,29	12,00
Subtotal 2		8,29	12,00
Tributos		% sobre PV	% sobre CD
PIS	1,65% do PV	1,65	2,39
COFINS	7,60% do PV	7,60	11,00
ISSQN*	5,00% do PV	5,00	7,24
Subtotal 3		14,25	20,63
Total - BDI (%)		30,93	44,79
(*) Limite máximo adotado de 5%, valor variável em função da legislação de cada município. As empresas licitantes deverão adotar as alíquotas pertinentes.			

1.20.2. No orçamento de referência do DNIT, para serviços SICRO/HIDROVIAS, foram consideradas as taxas descritas a seguir, as quais deverão ser consideradas como limite pelas licitantes:

Tabela 5 - Valores de referência para as taxas de Benefícios e Despesas Indiretas

Descrição das Parcelas		Recuperação, Reforço e Alargamento de Obras de Arte Especiais						Construção Ferroviária		Obras Hidroviárias	
		Pequeno Porte		Médio Porte		Grande Porte					
Despesas Indiretas		% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD
Administração Central	Variável - f (CD)	6,67	9,00	6,78	9,00	6,90	9,00	4,76	6,00	5,46	7,00
Despesas Financeiras	0,97% sobre (PV - Lucro)	0,88	1,19	0,90	1,19	0,91	1,19	0,92	1,15	0,91	1,17
Seguros e Garantias Contratuais	0,25% do PV	0,25	0,34	0,25	0,33	0,25	0,33	0,25	0,31	0,25	0,32
Riscos	0,50% do PV	0,50	0,67	0,50	0,66	0,50	0,65	0,50	0,63	0,50	0,64
Subtotal 1		8,31	11,20	8,43	11,18	8,56	11,17	6,43	8,10	7,12	9,13
Benefícios		% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD
Lucro	Variável - f (CD)	8,90	12,00	7,54	10,00	6,13	8,00	5,56	7,00	6,24	8,00
Subtotal 2		8,90	12,00	7,54	10,00	6,13	8,00	5,56	7,00	6,24	8,00
Tributos		% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD
PIS	0,65% do PV	0,65	0,88	0,65	0,86	0,65	0,85	0,65	0,82	0,65	0,83
COFINS	3,00% do PV	3,00	4,05	3,00	3,98	3,00	3,91	3,00	3,78	3,00	3,85
ISSQN	5,00% do PV	5,00	6,74	5,00	6,63	5,00	6,52	5,00	6,30	5,00	6,41
Subtotal 3		8,65	11,67	8,65	11,48	8,65	11,28	8,65	10,90	8,65	11,09
Total - BDI (%)		25,85	34,87	24,62	32,66	23,34	30,45	20,63	26,00	22,01	28,22

Tabela 6 - Valores de referência para as taxas de Benefícios e Despesas Indiretas - Com desoneração

Descrição das Parcelas		Recuperação, Reforço e Alargamento de Obras de Arte Especiais						Construção Ferroviária		Obras Hidroviárias	
		Pequeno Porte		Médio Porte		Grande Porte					
Despesas Indiretas		% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD
Administração Central	Variável - f (CD)	6,34	9,00	6,44	9,00	6,55	9,00	4,52	6,00	5,19	7,00
Despesas Financeiras	0,97% sobre (PV - Lucro)	0,89	1,26	0,90	1,26	0,91	1,25	0,92	1,22	0,91	1,23
Seguros e Garantias Contratuais	0,25% do PV	0,25	0,35	0,25	0,35	0,25	0,34	0,25	0,33	0,25	0,34
Riscos	0,50% do PV	0,50	0,71	0,50	0,70	0,50	0,69	0,50	0,66	0,50	0,67
Subtotal 1		7,98	11,33	8,09	11,31	8,22	11,28	6,19	8,21	6,85	9,24
Benefícios		% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD
Lucro	Variável - f (CD)	8,45	12,00	7,16	10,00	5,82	8,00	5,28	7,00	5,93	8,00
Subtotal 2		8,45	12,00	7,16	10,00	5,82	8,00	5,28	7,00	5,93	8,00
Tributos		% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD	% sobre PV	% sobre CD
PIS	0,65% do PV	0,65	0,92	0,65	0,91	0,65	0,89	0,65	0,86	0,65	0,88
COFINS	3,00% do PV	3,00	4,26	3,00	4,19	3,00	4,12	3,00	3,98	3,00	4,05
ISSQN	5,00% do PV	5,00	7,10	5,00	6,98	5,00	6,87	5,00	6,63	5,00	6,75
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	4,50% do PV	4,50	6,39	4,50	6,29	4,50	6,18	4,50	5,97	4,50	6,07
Subtotal 3		13,15	18,67	13,15	18,37	13,15	18,06	13,15	17,44	13,15	17,75
Total - BDI (%)		29,58	42,00	28,40	39,67	27,19	37,35	24,62	32,66	25,92	35,00

1.21. Exclusividade / Benefício ME/EPP (Art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores): Não Aplicável. Não haverá exclusividade/benefício, em face do valor a ser contratado ser superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e por não se tratar de aquisição de bens e serviços de natureza divisível.

1.22. Referência de Preços: Os preços unitários que deram origem ao valor do orçamento referencial são oriundos do SICRO, SINAPI e da Tabela de Consultoria do DNIT, conforme Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020, e, em casos excepcionais, em que não há composição de preços nas tabelas citadas, por meio de cotações e com proposição de composições de custo unitário - CCU, conforme preconiza a IS/DG nº 22/2010. O mês base do orçamento é de Julho/2025. A Tabela de Consultoria e o SICRO encontram-se disponibilizados no endereço eletrônico do DNIT.

1.23. Relação de Índices Contábeis Previstos na Minuta de Edital Padrão do DNIT (qualificação econômico-financeira): Aplicável. Em atendimento ao §2º do art. 6º da Instrução Normativa nº 01/MT, de 04 de outubro de 2007, para os devidos efeitos, declaro que concordo com a utilização desta Relação de Índices Contábeis exigidas para fins de qualificação econômico-financeira.

1.24. Indicação da Fonte de Recursos Suficiente para a Contratação: As despesas decorrentes da contratação ocorrerão por conta de recurso alocado no Código Orçamentário, exercício de 2025, conforme rubrica 26.784. 3105. 20LN - Operação de Terminais Hidroviários; 26.784.3005.219Z.6034 - Conservação e Recuperação de Ativos da União na Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental e 26.784.3005.219Z.6035 - Conservação e Recuperação de Ativos da União na Região Hidrográfica do Parnaíba. As despesas para os anos subsequentes ocorrerão a conta dos recursos orçamentários alocados para a mesma ação (20Ln219Z).

1.25. Serviço Contínuo: Sim, o serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a manutenção das vias aquaviárias tem majoritariamente serviços de natureza contínua, conforme os contratos de manutenção de instalações portuárias, dragagem e destocamentos de vias navegáveis, sendo necessário a execução de forma contínua para os produtos 01 ao 05 e 09 ao 11 por um período de longa duração, enquanto os demais produtos por demanda, não dispõem de natureza continuada.

1.26. Prazo de Execução: O prazo para execução dos serviços é de **36 (trinta e seis meses) correspondente a 1080 (hum mil e oitenta dias)**, a contar da data da Ordem de Início dos Serviços, enquanto o prazo de vigência do contrato é de **39(Trinta e nove meses)**, correspondente a 1.170 (hum mil, cento e setenta) dias.

1.26.1. O prazo de vigência contratual estabelecido para os serviços poderá ser prorrogado, dentro da vigência do prazo anterior, em conformidade com o disposto no art. 111 da Lei 14.133 de 2021 e suas alterações.

1.26.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.27. **Sustentabilidade:** Observar o Decreto nº 7746, de 5 de junho de 2012, que regulamentou o art. 3º, caput, da Lei nº 14.133, de 1º de ABRIL de 2021, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Instrução Normativa SLTI/MP nº 1 /2010, e a legislação e normas ambientais, no que incidentes.

1.28. **Contato do Responsável:** Lourinaldo Jorge Pires - Coordenador de Engenharia Aquaviária - lourinaldo.pires@dnit.gov.br (098) 2106 6266

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2025), conforme detalhamento a seguir:

I - ID PCA no PNCP: 04892707000100-0-000001/2025

II - Data de publicação no PNCP: 17/07/2024

III - Id do item no PCA: 25

IV - Classe/Grupo: Serviço

V - Identificador da Futura Contratação: 3933030-169/2025

2.2.1. Às Superintendências Regionais do DNIT, compete programar, coordenar, fiscalizar e orientar a execução de planos e programas com vistas ao diagnóstico, ao prognóstico e às ações nas áreas de engenharia e operações, rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias, para garantir a fluidez do tráfego e a navegabilidade dos rios, em condições operacionais e econômicas ideais, com segurança e zelo pela preservação do meio ambiente, segundo o art. 144 da Resolução nº 39, de 17 de novembro 2020 que trata do Regimento Interno do DNIT.

2.2.2. Quanto a contratação de terceiros para a execução dos serviços a serem licitados, cumpre informar que se trata da Supervisão da execução de obras e serviços, para os quais a Superintendência Regional do DNIT no Estado do Maranhão - SRMA /DNIT não dispõe de quadro de profissionais em quantidade suficiente para a execução direta, sendo usual, a execução de forma indireta mediante a contratação de empresa especializada. Está prevista a mobilização de profissionais de nível técnico e auxiliar, como também deverão ser alocados à Supervisão das obras, entre outros, os equipamentos de topografia, de laboratórios e veículos para acompanhamento de todas as etapas dos empreendimentos que fazem parte do escopo de trabalho desta Superintendência Regional no Estado do Maranhão - DNIT.

2.2.3. Além da execução de serviços supracitada, é factível que a Fiscalização dos serviços seja de responsabilidade do DNIT, constitui política do Órgão a contratação de Empresa (s) de Assessoria para subsidiá-la e auxiliá-la nessas atividades, em decorrência da transitoriedade desses serviços.

2.2.4 Deve-se considerar que a contratação de serviços técnicos especializados encontra respaldo no art. 122 da Lei nº 10.233 /2001, a saber: "Art. 122. A ANTT, a ANTAQ e o DNIT poderão contratar especialistas ou empresas especializadas, inclusive consultores independentes e auditores externos, para execução de trabalhos técnicos, por projetos ou por prazos determinados, nos termos da legislação em vigor."

2.2.5. Cabe enfatizar que os serviços especializados a que se refere o Artigo anterior não se enquadram nas atividades típicas do Estado insusceptíveis de delegação e não caracterizam terceirização de atividade-fim, visto que o quadro permanente do DNIT, atualmente, não dispõe de recursos humanos suficientes e necessários para desenvolver as atividades inerentes a sua competência em nível satisfatório.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP e descrita neste Termo de Referência.

3.2. Consta Indicação de Funcional Programática onde correrão as despesas e Declaração Exigida na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 15 a 17). Os serviços serão custeados pelos seguintes recursos orçamentários:

- UGR: 393007: 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT / Divisão de Programação e Execução Orçamentária - DAQ;
- Programa de Trabalho: 26.784. 3105. 20LN - Operação de Terminais Hidroviários; 26.784.3105.219Z.6034 - Conservação e Recuperação de Ativos da União na Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental e e 26.784.3105.219Z.6035 - Conservação e Recuperação de Ativos da União na Região Hidrográfica do Parnaíba.
- Fonte: 1000
- Plano Interno: DAQ0001

3.3. Na Declaração de Existência de Recursos Orçamentários e na Declaração Exigida na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 15 a 17) consta informação de que a despesa prevista para o empreendimento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA/2025, e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

3.4. OBRAS QUE SERÃO SUPERVISIONADAS E GERENCIADAS

3.5. Os serviços de supervisão a serem prestados pela contratada ocorrerão nas obras e serviços de engenharia aquaviária (Manutenção Hidroviária e Manutenção de Instalações Portuárias), Manutenção da navegabilidade/Desobstrução (desassoreamento) sob responsabilidade da Superintendência Regional do DNIT no Estado do Maranhão, distribuídas na região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental e na região Hidrográfica do Parnaíba.

3.6 Na elaboração dos orçamentos de referência, cronogramas e outros documentos, para os serviços de engenharia de supervisão da execução de obras e serviços de engenharia aquaviária na região Hidrográfica do Atlântico Nordeste Ocidental e na região Hidrográfica do Parnaíba, foram estabelecidas 02 (dois) itens, considerando o prazo estimado para realização das obras e o melhor desenvolvimento das planilhas para obtenção dos custos para esse serviço, conforme quadro abaixo:

OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA AQUAVIÁRIA A SEREM SUPERVISIONADOS		Prazo da Supervisão	
1	Manutenção Hidroviária	Especificação da Obra/Serviço	
1.1	Manutenção da navegabilidade /Desobstrução (destocamento, limpeza e Conservação de margens) da Hidrovia do Mearim (HN 302), Hidrovia do Rio Itapecuru HN-301, Hidrovia do Pindaré (HN 304) e Grajaú (HN 305), e implantação e manutenção de espigões guias correntes.	Manutenção rotineira através da desobstrução do canal preferencial de navegação através da remoção de toras, galhadas e vegetação aquática, além de desassoreamento	36 meses
1.2	Manutenção da navegabilidade /Desobstrução (desassoreamento através de dragagem) da Hidrovia do Pindaré (HN 304), Hidrovia do Rio Itapecuru HN-301, Grajaú (HN 305) e Hidrovia do Mearim (HN 302), na bacia Atlântico Nordeste Ocidental.	Manutenção rotineira através da desobstrução do canal preferencial de navegação através de desassoreamento	
1.4	Manutenção da Navegabilidade /Desobstrução (desassoreamento através de dragagem) Hidrovia do Parnaíba /Região do Delta (HN 400)	Manutenção rotineira através da desobstrução do canal preferencial de navegação através de dragagem simples de areia (desassoreamento)	
1.5	Manutenção da Navegabilidade /Desobstrução (destocamento, limpeza e conservação de margens) Hidrovia do Parnaíba/Região do Delta (HN 400)	Manutenção rotineira através da desobstrução do canal preferencial de navegação através da remoção de toras, galhadas e vegetação aquática	
2	Manutenção de Instalações Portuárias /Atracadouros Hidroviários		
	Manutenção de 10 Terminais Hidroviários		

2.1	(Região Hidrográfica do Atlântico Nordeste Ocidental)	Manutenção rotineira (preventiva e corretiva dos componentes dos atracadouros tais como passarelas, guarda corpo, plataformas, módulos flutuantes, peças metálicas e elementos de sinalização), melhoramento e ou readequação com vistas a manter as instalações portuárias sob responsabilidade do DNIT em condições satisfatórias de embarque e desembarque	36 meses
-----	---	---	----------

3.7. Os serviços acima citados tratam-se das manutenções das instalações portuárias rotineiras anuais a cargo do DNIT que ocorrem dentro das janelas hidrológicas. A presente contratação abrange o Serviço de Supervisão das obras e serviços de engenharia aquaviária a serem executadas nas hidrovias e terminais hidroviários/instalações portuárias listadas no Quadro 01 acima. Os serviços de supervisão para cada item acima citada será sintetizada em um Relatório temático dos serviços específico, descrito neste Termo de Referência. Para melhor visualização, segue mapa abaixo com a localização da área de abrangência:



- 3.7.1. A execução dos serviços será iniciada com a formalização do termo contratual e após emitida a Ordem de Início dos Serviços. Ambos os documentos (contrato e ordem de início dos serviços) deverão ser assinados pelas partes.
- 3.7.2. O contrato e seus eventuais aditamentos somente terão validade e eficácia depois de, respectivamente e sucessivamente, aprovados pela autoridade superior competente e publicados, por extrato, no Diário Oficial da União, retroagindo os efeitos dos atos de aprovação e publicação, uma vez praticados, à(s) data(s) da(s) assinatura(s) do(s) instrumento(s).

3.7.3. A publicação do extrato do Contrato, e de seus eventuais aditamentos, no Diário Oficial da União, será providenciada e custeada pela Administração, mediante remessa do texto do extrato a ser publicado na Imprensa Nacional.

3.7.4. A assinatura do contrato ficará condicionada à emissão de empenho em favor da empresa e a apresentação de caução, em qualquer das modalidades discriminadas garantia contratual (do Edital), a ser depositada em até sete dias de sua solicitação pela Administração.

3.7.5. O prazo mínimo previsto para início deverá ser o suficiente para possibilitar a preparação do prestador para o cumprimento do mesmo.

3.7.6 As equipes de trabalho de supervisão iniciarão suas atividades em consonância com os contratos de execução de obras /serviços para cada obra aquaviária, incluindo os terminais hidroviários na região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental e na região Hidrográfica do Parnaíba no âmbito da SRMA/DNIT, mediante emissão de Ordem de Serviço.

3.7.7. A rotina de prestação de serviços deverá ser seguida de forma a atender o cronograma de execução física a ser apresentado pela contratada, para cada obra a ser supervisionada

3.7.8. Haverá a identificação pela SRMA/DNIT das obras/serviços a serem iniciados e a demanda será repassada à contratada, a qual providenciará a mobilização dos profissionais e a estruturação do espaço físico da equipe de supervisão.

3.7.9. A contratada, por sua vez, manterá rotina de comunicação com a SRMA/DNIT informando o andamento do serviço, através de relatórios mensais e documentos necessários para registros de quaisquer outras informações pertinentes à obra/serviço que estará sob sua supervisão. Tais documentos caracterizarão a medição dos serviços e serão submetidos à aprovação da SRMA /DNIT.

3.7.10. Após a conclusão do serviço comprovará o atendimento à demanda, com registros completos de todo serviço supervisionado apresentando-o à aprovação da SRMA/DNIT, através de relatório final.

3.7.11. A contratada consolidará as informações obtidas nos serviços de campo, documentando-as e gerando acervo técnico a ser apresentado à contratante.

3.7.12. A medição do "Produto 01" ocorrerá de forma contínua, no decorrer da vigência do contrato, de modo a garantir para essa SRMA/DNIT a disponibilidade da equipe da Contratada para a Supervisão e o Gerenciamento das atividades relacionadas ao objeto constante nesse Termo de Referência.

3.8. RESPONSABILIDADE DA SUPERVISORA CONTRATADA

3.8.1. responsabilizar-se por todos os serviços que executar concernentes à supervisão, fiscalização e consultoria técnica da execução de cada etapa da obra e do cumprimento das obrigações contratuais da construtora/executora, informando à SRMA /DNIT eventuais descumprimentos;

3.8.2. executar rotineiramente aferição, controle, acompanhamento e suporte à fiscalização dos serviços executados, incluindo topográfico e batimétrico, rigorosamente de acordo com este Termo de Referência, o contrato, os projetos de engenharia, as especificações gerais vigentes na SRMA/DNIT e as especificações complementares e particulares dos projetos, observadas as normas e instruções vigentes;

3.8.3. ressaltar-se que a topografia será regida sob demanda da Fiscalização e tem o propósito de fornecer estudos topográficos em apoio e complemento às obras, serviços e estudos afetos à infraestrutura aquaviária, quando necessário.

3.8.4. responsabilizar-se pelos dados, informações, análises e conceitos que fornecer à SRMA/DNIT sobre as obras/serviços e sobre a empresa executora;

3.8.5. acompanhar a eficácia das medidas adotadas para prover a segurança durante a execução das obras;

3.8.6. responder pelos serviços definidos neste Termo de Referência, entre os quais a execução de aferição, controle;

3.8.7. responder pelo fornecimento frequente à SRMA/DNIT, de informações e/ou relatórios contendo possíveis não conformidades quanto ao cumprimento pela(s) empresa(s) executora(s) da(s) obras(s) de requisitos exigidos pela(s) Seguradora (s) na(s) Apólice(s) de Seguro de Risco de Engenharia, para as obras, permitindo, em caso de necessidade, que a SRMA/DNIT possa acionar a Seguradora quanto a(s) respectiva(s) Cobertura(s) do(s) Seguro(s) Garantia(s);

3.8.8. responsabilizar-se pela verificação quantitativa e qualitativa dos serviços realizados pela executora (construtora), para fins de medição de execução das obras;

3.8.9. sugerir Ordem de Paralisação a ser expedida pela SRMA/DNIT, para qualquer serviço que esteja sendo executado diferentemente das normas, manuais e especificações da SRMA/DNIT, comprometendo a excelência da qualidade, a

economicidade, a razoabilidade, a impessoalidade e a transparência da gestão pública. Corrigida a irregularidade, sugerir Ordem de Reinício do Serviço a ser expedida pela fiscalização. Em ambos os casos, deverá ser dado ciência ao fiscal do empreendimento, imediatamente após a constatação e/ou solução da irregularidade constatada;

3.8.10. propor soluções de engenharia compatíveis ou superiores ao nível tecnológico requerido pelo gestor do empreendimento e que atendam as especificidades do terreno, do meio ambiente, da segurança e do conforto do usuário em todas as obras aquaviárias objeto desta contratação;

3.8.11. registrar no Diário de Obras todas as não conformidades e irregularidades constatadas na execução das obras, assim como as providências adotadas para correção das mesmas;

3.8.12. apresentar à SRMA/DNIT, quando requerido, os remanescentes de todos os serviços, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, quando aplicável;

3.8.13. verificar a qualidade da implantação do componente ambiental do projeto de engenharia;

3.9. ATRIBUIÇÕES DA SUPERVISORA CONTRATADA

3.9.1. Analisar o projeto executivo e outros documentos relativos à obra a ser supervisionada, com o objetivo de se inteirar de suas características técnicas, das soluções de projeto e das condicionantes ambientais e outros aspectos particulares da obra, visando assegurar uma correta execução dentro do prazo e custo inicialmente previstos no contrato;

3.9.1.2 Fazer levantamentos prévios relativos ao escopo dos objetos a serem executados em cada contratação, para fins de adequação de projeto (com a devida contribuição técnica e assinatura dos engenheiros da Supervisora e Gerenciadora contratada) e de eventuais alterações contratuais, sendo elas quantitativas ou qualitativas.

3.9.2. Manter mensalmente, pessoal qualificado, para acompanhar as etapas que requerem um acompanhamento sistêmico, a fim de garantir o efetivo controle da execução de todos os serviços previstos no projeto de engenharia e no componente ambiental;

3.9.3. Manter constantemente visita de engenheiro da supervisora no local da obra/serviço, para se certificar do controle de qualidade dos serviços executados, conforme especificam os padrões de excelência exigidos nos manuais, normas e especificações técnicas do DNIT e da ABNT;

3.9.4. Verificar o cronograma de execução da obra constante do projeto e, se for o caso, efetuar a sua reelaboração, em conjunto com a executora. Esse cronograma deverá ser elaborado e atualizado com utilização do software MS- Project®, ou outro com propriedades equivalentes;

3.9.5. Verificar a efetividade do(s) Sistema(s) de Gestão da Qualidade adotado(s) pela(s) construtora(s);

3.9.6. Acompanhar a execução de cada etapa das(os) obras/serviços contratada(o) e o cumprimento pela(s) construtora/executora (s) das obrigações contratuais; informar tempestivamente à fiscalização da SRMA/DNIT a constatação de ocorrências em que caibam o registro e a comunicação formal;

3.9.7. Produzir relatório completo e conclusivo com base nas informações obtidas, ou ainda quando a Fiscalização da SRMA/DNIT solicitar;

3.9.8. Não liberar a execução das etapas seguintes do trabalho, caso sejam observados desvios em relação às prescrições das normas em vigor, informando imediatamente à fiscalização da SRMA/DNIT, sobre o problema observado e a providência tomada;

3.9.9. Executar aferição, controle, acompanhamento das obras, para fins de aprovação e liberação. Caso sejam observados desvios em relação às prescrições das normas em vigor, a supervisora considerará o serviço como não executado e informará, incontinenti, à Fiscalização da SRMA/DNIT, sobre o problema observado e a providência tomada;

3.9.10. Elaborar e manter atualizado o controle físico-financeiro do serviço de supervisão e manter atualizada a sua "Curva S";

3.9.11. Efetuar, em modelo determinado pela SRMA/DNIT, as medições mensais das obras executadas pela(s) construtora /executora(s) e submetê-las, com os elementos e dados de campo, à aprovação da SRMA/DNIT;

3.9.12. Esclarecer dúvidas e prestar as informações de projeto necessárias à completa e adequada execução das obras/serviços pela(s) construtora/executora(s);

3.9.13. Emitir parecer técnico sobre eventuais propostas da construtora/executora, particularmente aquelas referentes às alterações de projeto na fase de execução das obras/serviços, ou modificação de prazo;

3.9.14. Coletar, organizar e manter, à disposição da SRMA/DNIT, dados e informações relativas às obras e à(s) empresa(s) construtora(s);

3.9.15. Efetuar registros, elaborar análises e emitir conceitos relativos às obras e/ou serviços e à(s) empresa(s) construtora /executora(s);

- 3.9.16. Acompanhar a implantação, no campo, das soluções previstas no projeto de engenharia. Caso venham a ocorrer situações específicas, em que determinadas soluções de projeto não estejam suficientemente claras, ou com nível de detalhamento tal que impossibilite a sua implementação no campo, a supervisora deverá elaborar o detalhamento pertinente, de forma a possibilitar a execução do serviço em questão;
- 3.9.17. Acompanhar a implementação da reabilitação ambiental, quando for o caso, nos seguintes aspectos:
- 3.9.18. Acompanhar a implantação de projetos ambientais de áreas específicas e, em particular, de projetos especiais para voçorocas, áreas de jazidas, etc.
- 3.9.19. Acompanhar a implantação de projetos paisagísticos complementares à reabilitação ambiental de áreas degradadas; e
- 3.9.20. Verificação da eficácia de medidas de proteção ambiental adotadas em função de padrões pré-estabelecidos, em especial quanto à qualidade da água de mananciais que abasteçam núcleos urbanos.
- 3.9.21. Efetuar aferição, controle, acompanhamento das obras, visando garantir a qualidade da obra;
- 3.9.22. Detectar, no que tange aos projetos de engenharia, a necessidade de revisão, adequação e/ou otimização, considerando aspectos tais como:
- 3.9.23. Detalhamentos complementares;
- 3.9.24. Minimização dos custos das obras/serviços; e
- 3.9.25. Manutenção ou melhoria da qualidade, proporcionando esclarecimentos tanto à construtora quanto à fiscalização da SRMA/DNIT, de modo a provê-las de todas as informações relativas às modificações de projetos, necessários à execução dos serviços
- 3.9.26. Atuar sempre em conformidade com as normas estabelecidas pela SRMA/DNIT;
- 3.9.27. Propor medidas que busquem o aprimoramento de soluções quando forem constatadas, in loco, aplicações de métodos inadequados ou insuficientes pela executora;
- 3.9.28. Emitir parecer, por escrito, de eventuais modificações a serem introduzidas nos projetos de engenharia, esclarecendo e fundamentando as razões técnicas e econômicas que justifiquem a necessidade de alteração (qualquer proposta de alteração de projeto, independente de produzir ou não reflexo financeiro, deverá constar de relatório de revisão de projeto, que deverá conter a justificativa da alteração, o estudo técnico e econômico de alternativas e o demonstrativo do reflexo financeiro. A alteração do projeto, assinada pelo responsável técnico da executora, deverá ser aprovada pelos setores competentes da SRMA/DNIT. É importante que os relatórios de revisão sejam encaminhados com antecedência para dar tempo suficiente para análise);
- 3.9.29. Elaborar e manter atualizado o controle físico-financeiro da obra/serviço;
- 3.9.30. Medir os serviços executados pela construtora/executora e apresentar os resultados à SRMA/DNIT, juntamente com todos os elementos de campo necessários à elaboração das medições mensais para fins de pagamento dos serviços;
- 3.9.31. Acompanhar a implantação das medidas de segurança na fase de obras, propondo ações preventivas e corretivas, quando houver comprometimento da eficácia das ações adotadas;
- 3.9.32. Anotar em diário de obras fatos relevantes e emitir comentários conclusivos sobre as anotações, adotando as normas vigentes referentes a diário de obra, à época de ocorrência do fato;
- 3.9.33. Elaborar relatórios mensais contendo, no mínimo, as seguintes informações:
- 3.9.34. Mapa de situação, textual, gráfico e fotográfico (de todas as fases da obra e/ou serviço);
- 3.9.35. Informações contratuais;
- 3.9.36. Avaliação técnica da construtora e do andamento da obra, abordando a quantidade dos serviços executados no período; o desempenho quanto a equipamentos e ao cronograma físico-financeiro; a segurança ocupacional do canteiro de obras; a eficácia da sinalização e das medidas de segurança; relatório das atividades da contratada no período de cada relatório mensal; as previsões técnicas e administrativas para o mês subsequente, a correspondência emitida e recebida no período, bem como as questões pendentes; os recursos humanos e materiais alocados no período e resumo dos resultados dos ensaios de controle de qualidade.
- 3.9.37. Elaborar o Relatório Final da Obra, de acordo com Instrução Normativa Nº 7/DNIT-SEDE de 12 de março de 2021, que define o modelo de Relatório de Supervisão de todos os programas no âmbito da DAQ/DNIT, devendo o mesmo ser elaborado no decorrer da obra/serviço.
- 3.9.38. Emitir parecer sobre todas as correspondências e requerimentos;

- 3.9.39. Alocar equipe técnica, veículos e equipamentos necessários para a execução dos trabalhos de gerenciamento, controle e consultoria técnica;
- 3.9.40. Avaliar eventuais subcontratações feitas pela construtora/executora, quanto aos aspectos quantitativos e qualitativos dos serviços a serem executados;
- 3.9.41. Verificar a conformidade às normas e instruções vigentes, registrando eventuais não-conformidades detectadas;
- 3.9.42. Participar da análise de problemas de obra, propondo soluções, tais como aqueles que envolvem problemas geotécnicos (fundações, estruturas de contenção, etc.), de dosagem de traços de agregados e de concretos e ainda problemas relacionados às obras de atracação e acostagem;
- 3.9.43. Sustar, mediante anotações no livro de ocorrências com envio imediato de cópias à SRMA/DNIT e à construtora /executora, os serviços que estejam sendo executados em desacordo com o projeto e/ou com as especificações, bem como das ocorrências capazes de interferir com o transcurso normal da obra ou de gerar situações de conflito com empregados e com a população vizinha;
- 3.9.44. Avaliar e dar parecer sobre pedidos de prorrogação de prazo de execução de obras/serviço;
- 3.9.45. Acompanhar a implantação do projeto ambiental previsto, nos seguintes aspectos:
- 3.9.46. Acompanhar a implementação de projetos ambientais em áreas específicas, como contenção de erosões, assoreamentos, deslizamentos, etc., que possam interferir não só no corpo hídrico, mas também em áreas e/ou comunidades ribeirinhas;
- 3.9.47. Acompanhar a implementação de projetos paisagísticos complementares à reabilitação ambiental de áreas degradadas; e
- 3.9.48. Verificação da eficácia de medidas de proteção ambiental adotadas em função de padrões pré-estabelecidos, em especial quanto à processos erosivos e assoreamentos porventura detectados ao longo do corpo hídrico; e
- 3.9.49. Elaborar relatório mensal de avaliação técnica e ambiental da(s) construtora/executora(s), quando os produtos que cobrem o Eng. ambiental estiverem ativos, com abordagem de:
- 3.9.50. Efetividade do sistema de gestão da qualidade e do sistema de gestão ambiental;
- 3.9.51. Pessoal e equipamentos mobilizados; e
- 3.9.52. Segurança ocupacional no canteiro de obras.
- 3.9.53. Níveis de atividade da contratada para realização dos serviços de supervisão.
- 3.9.54. As atividades da contratada se desenvolverão nos seguintes níveis:
- 3.9.55. As atividades de supervisão, fiscalização, relativas às obras desenvolver-se-ão sempre em regime de subordinação e estrita colaboração com a SRMA/DNIT, que indicará fiscais, auditores e outros, com poderes de atuação para fiscalizar o cumprimento do contrato;
- 3.9.56. A contratada agirá com a mais absoluta discrição e reserva, seja no seu relacionamento com a construtora/executora contratada, seja com terceiros, em todos os aspectos dos trabalhos em execução e complementos do projeto; e
- 3.9.57. A contratada observará, ainda, o mais alto padrão ético e as normas vigentes, no que se refere ao grau de relações técnicas/comerciais e de difusão permitida a documentos oficiais, só procedendo a divulgação com ordem expressa da fiscalização da SRMA/DNIT, formalizada por escrito.
- 3.9.58. À SRMA/DNIT caberá autorizar a alocação e mobilização de pessoal, equipamentos e veículos na obra e/ou serviços, dependendo da análise de necessidades. A locação e a mobilização se farão mediante a emissão de competente Ordem de Serviço. No caso de substituição ou dispensa, a contratada deverá observar o prazo a ser definida pela SRMA/DNIT, inclusive para equipamentos, veículos e equipe alocada.

3.10. REGISTRO DE ATIVIDADES BÁSICAS

- 3.10.1. A Contratada efetuará e manterá, em arquivo, um registro formal, sistemático, conciso, fotográfico e metódico de todos os eventos e/ou ocorrências circunstanciais da obra, mediante o emprego de documentação apropriada e formulários-padrão adotados em obras civis e navais e de âmbito do DNIT. O Livro de Ocorrência Diário de Obras será um dos instrumentos deste registro, o mesmo ocorrendo com relação à manutenção de arquivos, na obra, de resultados de ensaios realizados, avaliações e medições efetuadas, levantamentos topográficos, correspondências, bem como todos os demais elementos que permitam comprovar a qualidade e as quantidades dos serviços executados.

3.10.2. A Contratada deverá disponibilizar no SUPRA/DNIT as informações referentes ao acompanhamento e monitoramento da evolução de cada etapa da obra/serviço, de modo a efetuar controle físico e financeiro do empreendimento mais assertivo, procedendo a reprogramação que vierem a ser demandadas.

3.11. RELATÓRIOS

3.11.1. A Supervisora deverá elaborar os relatórios, seguindo especificações da Instrução Normativa Nº 7/DNIT-SEDE de 12 de março de 2021, que define o modelo de Relatório de Supervisão de todos os programas no âmbito da DAQ/ DNIT, no que for aplicável ou metodologia vigente contendo a avaliação técnica, financeira e administrativa da(s) construtora/executora(s), tecendo comentários detalhados, para cada obra/serviço supervisionada(o), sobre:

3.11.2. SUPERVISORA: Apresentação, Resumo das Atividades Executadas, Relação de Equipamentos e Recursos Humanos, Previsão de Escalas de Trabalho;

3.11.3. EXECUTORA(s), tecendo comentários detalhados, para cada obra supervisionada, sobre: (Apresentação; Serviços Executados no mês de Referência; Mapa de Situação e Localização; Diagrama de Localização das Ocorrências de Projeto; Quadro de Impedimentos; Caminhos Críticos e Ações do Projeto; Resumo Executivo, Acompanhamento Físico-Financeiro (Cronograma Financeiro, Cronograma Físico, Curva "S"), Relação De Pessoal, Equipamentos e Instalações, Gráfico de Avanço Físico das Obras, Serviços Executados, Atividades Críticas, Registros de não conformidades – RNC, Documentação Fotográfica, Diário de Obra, Ensaios de Laboratório, Controle Pluviométrico, Controle Fluviométrico, Componente Ambiental, Conclusão e Comentários, Correspondências).

3.11.4. Caso algum resultado apresente não conformidade com os padrões definidos, a Supervisora deverá comunicar imediatamente a SRMA/DNIT, bem como recomendar ao fiscal do contrato que efetue a paralisação dos serviços até que sejam promovidos os ajustes necessários para que o problema não volte a ocorrer na continuidade da execução.

3.11.5. Para os serviços de supervisão das obras e serviços de engenharia aquaviária foi idealizado que as atividades desenvolvidas devem ser sintetizadas em um relatório (conforme periodicidade), que reunirá as atividades ora desenvolvidas, conforme abaixo:

ITEM	CÓDIGO	PRODUTO /RELATÓRIO	DESCRIÇÃO	PERIODICIDADE DA APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE ANUAL	QUANTIDADE TOTAL (03 ANOS)
GERENCIAMENTO/COORDENAÇÃO CENTRAL						
1.1	P01	PRODUTO 01: GERENCIAMENTO /COORDENAÇÃO CENTRAL	Relatório Gerencial que sintetizará todas as atividades relacionadas ao gerenciamento e supervisão dos empreendimentos em andamento no mês corrente, podendo ser dividido por capítulos os itens temáticos de cada obra/empreendimento. O relatório deverá reunir as informações gerenciais e financeiras além de informações da gestão da própria supervisão	Mensal, a cada 30 dias, durante o período de execução do contrato	12	36

ATLÂNTICO NORDESTE OCIDENTAL

2.1	P02	PRODUTO 02: RELATÓRIOS DE SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS DE DESOBSTRUÇÃO, ATRAVÉS DE DESTOCAMENTO DAS HIDROVIAS DO PINDARÉ (HN 304), MEARIM (HN 302) E GRAJAÚ (HN 305), Hidrovia do Rio Itapecuru HN-301	Relatório Técnico Mensal, com as informações técnicas do empreendimento	Mensal, a cada 30 dias, durante o período de execução do contrato (ou conforme critério da fiscalização)	12	36	
2.2	P03	PRODUTO 03: RELATÓRIOS DE SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS DE DESOBSTRUÇÃO DO LEITO, ATRAVÉS DE DRAGAGEM DAS HIDROVIAS DO PINDARÉ (HN 304), MEARIM (HN 302) E GRAJAÚ (HN 305), Hidrovia do Rio Itapecuru HN-301	Relatório Técnico Mensal, com as informações técnicas do empreendimento	Mensal, a cada 30 dias, durante o período de execução do contrato (ou conforme critério da fiscalização)	08	24	
2.3	P04	PRODUTO 04: RELATÓRIOS DE SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE DEFLETORES (ESPIGÕES) E MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DE DISPOSITIVOS JÁ EXISTENTES NAS HIDROVIAS DO PINDARÉ (HN 304), MEARIM (HN 302) E GRAJAÚ (HN 305), Hidrovia do Rio Itapecuru HN-301	Relatório Técnico Semestral, com as informações técnicas do empreendimento	Semestral, a cada 180 dias, durante o período de execução do contrato (ou conforme critério da fiscalização)	06	18	
2.4	P05	PRODUTO 05: RELATÓRIOS DE SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO, MELHORAMENTO, READEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES PORTUARIAS, LOCALIZADOS NA R E G I Ã O	Relatório Técnico Mensal, com as informações técnicas do empreendimento	Mensal, a cada 30 dias, durante o período de execução do contrato (ou conforme critério da fiscalização)	12	36	

		HIDROGRÁFICA DO ATLÂNTICO NORDESTE OCIDENTAL					
2.5	P06	PRODUTO 06: RELATÓRIOS DE LEVANTAMENTO BATIMETRICO MONOFEIXE NAS HIDROVIAS DO PINDARÉ (HN 304), MEARIM (HN 302) E GRAJAÚ (HN 305), Hidrovia do Rio Itapecuru HN-301	Relatório Técnico Mensal, com as informações técnicas do empreendimento (km)	Por Demanda	Não se aplica	5000	
2.6	P07	PRODUTO 07: RELATÓRIO TÉCNICO DE PROCESSAMENTO BATIMÉTRICO	Relatório Técnico, com as informações técnicas do empreendimento	Por demanda	Não se aplica	6	
2.7	P08	PRODUTO 08: ELABORAÇÃO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICOS EM APOIO À OBRAS E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	Levantamento topográfico (ha)	Sob demanda	Não se aplica	20	
PARNAÍBA							
3.1	P09	PRODUTO 09: RELATÓRIOS DE SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS DE DESOBSTRUÇÃO, ATRAVÉS DE DESTOCAMENTO DA HIDROVIA DO RIO PARNAÍBA (HN 400)	Relatório Técnico Mensal, com as informações técnicas do empreendimento	Mensal, a cada 30 dias, durante o período de execução do contrato (ou conforme critério da fiscalização)	12	36	
3.2	P10	PRODUTO 10: RELATÓRIOS DE SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS DE DESOBSTRUÇÃO DO LEITO, ATRAVÉS DE DRAGAGEM DA HIDROVIA DO RIO PARNAÍBA (HN 400)	Relatório Técnico Mensal, com as informações técnicas do empreendimento	Mensal, a cada 30 dias, durante o período de execução do contrato (ou conforme critério da fiscalização)	08	24	

3.3	P11	PRODUTO 11: RELATÓRIOS DE SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO, READEQUAÇÃO, MELHORAMENTO E MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES PORTUARIAS, LOCALIZADOS NA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO PARNAÍBA	Relatório Técnico Mensal, com as informações técnicas do empreendimento	Mensal, a cada 30 dias, durante o período de execução do contrato (ou conforme critério da fiscalização)	12	36	
3.4	P12	PRODUTO 12: RELATÓRIOS DE LEVANTAMENTO BATIMETRICO MONOFEIXE NA HIDROVIA DO PARNAIBA (HN 400)	Relatório Técnico Mensal, com as informações técnicas do empreendimento (km)	Por demanda	Não se aplica	5.000	
3.5	P13	PRODUTO 13: RELATÓRIO DE TÉCNICO DE PROCESSAMENTO BATIMÉTRICO	Relatório Técnico , com as informações técnicas do empreendimento	Por demanda	Não se aplica	6	
3.6	P14	PRODUTO 14: ELABORAÇÃO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICOS EM APOIO À OBRAS E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	Levantamento topográfico (ha)	Por demanda	Não se aplica	20	

3.12. DESCRIÇÃO DOS RELATÓRIOS

3.12.1. Relatório Técnico mensal de batimetria/ADCP (até o 5º dia útil do mês subsequente): os Relatórios Técnicos mensais têm por objetivo mostrar continuamente as condições hidrográficas das hidrovias do Pindaré, Mearim, Grajaú e Parnaíba, sendo apresentados em relatórios que evidenciem:

- Período de execução (início e fim dos levantamentos);
- Localização (trecho);
- Redes de apoio geodésico e fluviométrico;
- Metodologia executiva (equipamentos utilizados, qualificação da equipe, valores diários de imersão de transdutores, valores de offset de sensores, croqui com posicionamento dos sensores na embarcação, dados de calibração equipamentos, parâmetros de aquisição dos dados e estimativas de Incerteza Horizontal Total e Incerteza Vertical Total) ;
- Descrição dos serviços (quilometragem batimétrica levantada na campanha e detalhamento da quilometragem hidrométrica – ADCP)
- Conclusão (dificuldades enfrentadas, lições aprendidas e demais informações julgadas relevantes);
- Relatório fotográfico;
- Diários de bordo, dados brutos (em formato editável) coletados durante as campanhas, aferições e testes de equipamentos.

OBS: os relatórios que contemplarem os dados batimétricos processados deverão conter informações sobre as reduções dos dados, considerando as metodologias: método das médias de permanência (ver publicação EM 1110-2-6056 – standards and procedures for referencing project elevation grades to nationwide vertical datums- da USACE e disponível na internet) e método dos tempos de retorno (análise frequências). Nos relatórios deverão ser apresentadas as plantas batimétricas das

áreas críticas em escalas de cores por profundidade e isóbatas, contendo a assinatura do responsável pela batimetria. Para os relatórios de processamento de ADCP deverão constar ficha de medição de campo, seção transversa de velocidade e de concentração de sedimentos, mapas de velocidade e relação cota vs. vazão (curva-chave). Como referência, usar as instruções constantes dos produtos de PMH (planos de Monitoramento Hidroviário) do DNIT.

3.12.2. Relatório Técnico Bimestral (até o 5º dia útil do mês subsequente): os Relatórios Técnicos bimestrais têm por objetivo mostrar o andamento contratual de cada empreendimento que estiver em execução (obras e serviços aquaviários), informar os procedimentos técnicos das etapas de serviços concluídos, ao longo do período correspondente, como o acompanhamento tecnológico da obra, todas as demais informações técnicas, mencionadas neste Termo de Referência, como obrigação da contratada; dar conhecimentos de fatos técnicos que possam afetar o prosseguimento da obra e permitir a SRMA/DNIT a tomada de decisões, quanto à continuidade normal dos trabalhos, além de fornecer elementos que permitam uma adequada avaliação do desempenho da empresa contratada para execução da obra e da contratada para desenvolver as atividades de supervisão, em suas obrigações contratuais.

3.12.3. Relatório Mensal de Gerenciamento e Supervisão (até o 5º dia útil do mês subsequente): em complemento ao contido nos itens 5.8.1 e 5.8.2, os Relatórios Mensais de Gerenciamento e Supervisão deverão apresentar teor técnico e gerencial das obras/serviços supervisionados ou executados pela supervisora, detalhando: todas atividades previstas e as realizadas pela Supervisora, assim como o planejamento das atividades para o período seguinte e/ou propostas de plano de ação para as atividades não realizadas na íntegra, contendo as dificuldades e riscos encontrados (quando couber); lições aprendidas (quando couber), análise e descrição das equipes e meios mobilizados no mês em cada produto e o gerenciamento de suas senioridades adequadas; demais entregas sob demandas; dados contratuais físico-financeiros referentes ao contrato de supervisão (curva S); análise e evidenciação dos indicadores mensais de desempenho da Supervisão; atualização da Planilha de Controle Orçamentário; elaboração de planilha de medição da sua Supervisão; resumo documental afetos à atividade de supervisão (ofícios, e-mails, demandas, parceres emitidos, aditivos, reajustamentos, etc); propostas de soluções técnicas ou contratuais a cerca das obras e serviços sob sua execução; informações mensais sobre Índices de Eficácia de Sinalização Náutica (quando aplicável) e índices mensais de desobstrução das vias navegáveis e, informações sobre as ações de apoio à SRMA-DNIT junto a órgãos externos ou empresas, assim como resumo de recomendações e propostas de ações que se fizerem necessárias, em especial as relacionadas à possibilidades/ocorrências de atrasos, descumprimentos de prazos e metas de obras e serviços supervisionados, assim como descumprimentos sindicais e trabalhistas.

3.12.4. Além disso, em capítulos dedicados a cada empreendimento supervisionado, e complementado o contido deverão constar:

- Descrição das Atividades, mencionando os serviços realizados no período, os produtos obtidos, comparando os prazos de realização dos serviços com os prazos previstos nos Cronogramas das obras/serviços, obedecendo a sequência dos serviços ali discriminados;
- Os cronogramas físico-financeiros dos serviços executados e previstos por cada Executora, até a conclusão final da(s) obra(s);
- Quantificação e orçamento dos serviços realizados no período, de acordo com o orçamento do Contrato e do respectivo Cronograma;
- Cronograma de avanço físico dos serviços com o indicativo do percentual de andamento de cada serviço, conforme o Cronograma do Contrato e, se for o caso, justificativa para o eventual não cumprimento dos prazos previstos no Cronograma do Contrato;
- Correspondências Expedidas e Recebidas (ordens de início, avisos, atas de reuniões, expedientes sobre alterações na equipe técnica etc.);
- Resultados extraídos de cada atividade oriundos de estudos, levantamentos, pesquisas, cadastros, treinamentos, etc;
- Relação do pessoal envolvido na execução dos serviços com nome, cargo e função/atividade, anexando o quadro-resumo contendo a quantidade de homens/mês;
- Síntese da evolução do contrato e dados de previsão de conclusão;
- Síntese de alteração do empreendimento em relação ao mês anterior;
- Informações sobre decisões gerenciais e/ou administrativas por parte da contratada para execução da obra ou da contratada para desenvolver as atividades de supervisão;
- Análise técnica sintetizada sobre os serviços executados, incluindo pareceres e laudos técnicos emitidos (quando aplicáveis) e normativos associados;
- Aspectos de controle tecnológico de cada empreendimento;
- propostas de soluções técnicas ou contratuais a cerca das obras e serviços em execução;
- informações sobre prestação de consultoria técnica e da fiscalização de cada empreendimento (quando aplicável);
- fatos e casos fortuitos que possam afetar o prosseguimento da obra, de modo a permitir o DNIT tomar decisões quanto à continuidade normal dos trabalhos, além de fornecer elementos que permitam uma adequada avaliação do desempenho das empresas envolvidas, em suas obrigações contratuais.
- Outros
- Mais detalhadamente, nesses capítulos dedicados a cada obra/serviço supervisionado, deverão constar dados referentes à medição da executora da obra/serviço aquaviário, relativos ao período de Medição, contendo, mas não se restringindo a Planilha de medição mensal e cronograma físico-financeiro atualizado da executora, com análise sobre a validação ou rejeição;
- Análise das apólices de seguros dos contratos de execução;
- Memória de cálculo dos quantitativos executados e medidos no mês, para cada obra/serviço e de alocação de mão de obra e equipamentos;
- Documentário fotográfico com legendas, objetivando o registro da qualidade e da quantidade de todos os itens medidos no mês; e
- Justificativas técnicas, por item da planilha de medição, quando for o caso, ou por solicitação da CONTRATANTE.
- Curva S com informações de evolução física de cada empreendimento, relacionando as quantidades projetadas e executadas;
- Plano de Gestão da Qualidade (PGQ) do executante da obra.

3.12.5. Relatório Final: O último relatório temático de cada empreendimento/obra/serviço de engenharia aquaviária supervisionado, deverá receber o nome de RELATÓRIO FINAL, e deverá ser apresentado em até 30 (trinta) dias corridos após a conclusão da obra/serviço, e deve ser elaborado observando-se as Instruções de Serviço (IS) e Instruções Normativas (IN) vigentes no DNIT. Nele, será informado o histórico da obra e seus antecedentes, abrangendo todos os eventos técnicos, administrativos e financeiros relevantes ocorridos. Deverá aglutinar os principais

aspectos dos relatórios mensais de cada empreendimento, até sua conclusão e evidenciar ações, orçamentos, procedimentos e todas demais informações e sugestões necessárias à entrada em operação do empreendimento, quando aplicável.

3.12.6. Reunir o(s) "As Built" elaborado(s) pela(s) executora(s) e disponibilizado à supervisora e fiscalização que será condição indispensável para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços referentes ao Contrato de Supervisão.

3.13 Formatos dos relatórios

3.13.1. Os Relatórios deverão ser entregues em mídia digital, formato PDF, fonte Arial 12, e deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, além das detalhadas .7.4 (descrição das atividades de cada relatório).:

- Nomes do contratante e contratado;
- Número do contrato e seu objeto;
- Título do relatório;
- Período abrangido pelo relatório;
- Data.
- Índice, com indicação da página do início de cada assunto;
- Apresentação, com a identificação da empresa, mencionando seu endereço, datada e assinada pelo seu representante;
- Histórico do Contrato, mencionando o número do Contrato, número do Edital, objeto, datas e prazos, medições realizadas, saldos contratuais (de valor e prazo), se aplicando o mesmo para os capítulos individualizados de cada empreendimento;

3.13.2. Os relatórios deverão ser objetivos, fundamentados, claros e definitivos, abordando essencialmente o solicitado e deverão ser encaminhados ao DNIT na periodicidade aqui especificada.

3.13.3. Serão de propriedade do DNIT todas as peças dos trabalhos realizados pela CONTRATADA em decorrência dos serviços de assessoria ao DNIT no desempenho de suas atribuições de trabalhos técnicos especializados.

3.13.4. A critério do DNIT poderá ser solicitado à CONTRATADA a apresentação de relatórios adicionais quanto ao andamento e aos resultados obtidos nas diferentes atividades e etapas.

3.13.5. A CONTRATADA deverá ter pleno conhecimento dos trabalhos e atividades envolvidas, devendo assumir sua responsabilidade técnica em relação aos trabalhos a serem executados.

3.13.6. A CONTRATADA será responsável pelo total cumprimento de seu planejamento proposto, bem como irá analisar eventual necessidade de alterações e submeterá a prévia aprovação do DNIT, por meio de encaminhamento de proposta ao fiscal do contrato.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. SUSTENTABILIDADE

4.1. O serviço objeto da contratação por se tratar de serviço de supervisão e gerenciamento de apoio à fiscalização, não se encaixa em atividade causadora de impacto ambiental.

4.2. SUBCONTRATAÇÃO

4.2.1. Sim, será permitida a subcontratação para as atividades que não constituem o escopo principal do objeto e os itens exigidos para comprovação técnica operacional ou profissional, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do orçamento, desde que previamente autorizado pelo DNIT.

4.2.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2.3. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.2.4 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.2.5 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.3.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.3.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação

4.3.2.1 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.3.3. A garantia inicial será reforçada durante a execução dos serviços contratados, de forma a totalizar sempre 5% (cinco por cento) do valor vigente do Contrato (preços iniciais mais reajustamento, se houver).

4.3.4. A garantia de cumprimento do contrato e seus reforços deverão ser realizados em conformidade com a IS/DG/DNIT nº 01 /2017 e alterações posteriores, numa das seguintes modalidades:

4.3.4.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

4.3.4.2. Seguro garantia; ou

4.3.4.3. Fiança bancária.

4.3.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

4.3.6. A assinatura do Contrato ficará condicionada à emissão de empenho em favor da empresa e à apresentação de caução, em qualquer das modalidades discriminadas no item do Edital referente à garantia contratual, a ser depositada em até dez dias de sua solicitação pela Administração.

4.3.7 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.3.7.1 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.3.7.2 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.3.8 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.3.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.3.10 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.3.11 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.3.12 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.3.12.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.3.12.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.3.13 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.3.13.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.3.13.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.3.14 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.3.15 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.3.16 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada

4.4. VISTORIA

4.4.1. A realização de vistoria permite aos interessados em participar da licitação conhecer detalhadamente o serviço que deverá ser prestado, avaliando in loco o grau de complexidade do mesmo.

4.4.2. As empresas interessadas, por intermédio de um representante, poderão realizar vistoria nas instalações do local de prestação dos serviços, acompanhada por servidor designado para esse fim, em dia e horário previamente agendado com a Administração.

4.4.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.4.4. Para a vistoria o representante legal da licitante deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4.5. O servidor designado acompanhará o representante da licitante em sua visita e assinará o respectivo atestado de vistoria do local de execução dos serviços.

4.4.6. Correrão por conta dos interessados todos os ônus decorrentes das visitas para vistoria.

4.4.7. Por ocasião da vistoria, poderá ser entregue CD-ROM, pen-drive ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

4.4.8. A vistoria técnica é opcional, a critério das licitantes, caso estes desejem conhecer as condições locais de trabalho e adequação dos recursos humanos necessários. De acordo com os Acórdãos 889/2010, 110/2012 e 170/2018- Plenário do TCU, a faculdade mostra-se em consonância com art. 67, inciso VI, da Lei nº 14.133, de 1º de ABRIL de 2021, além de “declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação”. Constitui-se, ainda, numa forma de a Administração se resguardar, para que a CONTRATADA não alegue a existência de impedimentos para a perfeita execução do objeto, amparada no desconhecimento das instalações ou do local onde realizarão os serviços

4.4.9. Caso a licitante não queira realizar visita, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o DNIT.

4.5 INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

4.5.1 Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, nas regiões constantes na planilha orçamentária(anexo I), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

05. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: **36 (trinta e seis meses) correspondente a 1080 (hum mil e oitenta dias) contados da emissão da ordem de serviço.**

Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho

5.2. Os trabalhos a serem realizados nas obras e serviços de engenharia aquaviária, no âmbito da jurisdição da SR/MA-DNIT, abrangem a supervisão, gerenciamento e controle diário de ações aquaviárias relacionados às referidas obras, como as mencionadas a seguir, não se limitando a elas:

5.2.1. Subsidiar a execução das atividades de gestão do Contrato junto a Construtora;

5.2.2. Zelar pelo cumprimento das normas e procedimentos relativos à proteção do meio ambiente;

5.2.3. Realizar Levantamentos Topobatimétricos a qualquer tempo, limitado aos quantitativos propostos, quando solicitado pela fiscalização do DNIT, para aferição dos serviços realizados na execução das obras;

5.2.4. Acompanhar a execução das obras, permitindo a completa transparência no andamento dos serviços e recursos financeiros aplicados, disponibilizando ferramenta digital de acompanhamento e monitoramento em tempo real da evolução de cada etapa da obra, de modo a efetuar controle físico e financeiro do empreendimento mais assertivo, procedendo a reprogramação que vierem a ser demandadas;

5.2.5. Assessorar a fiscalização do DNIT na supervisão e gerenciamento da execução dos Estudos, Projetos, obras e serviços, por intermédio de relatórios técnicos contendo informações pertinentes a respeito do empreendimento.

5.2.6. A demais, os serviços de Supervisão, que serão realizados pelas equipes mobilizadas, com apoio das instalações e equipamentos, abrangem o monitoramento e controle de todas as atividades e serviços relacionados com dragagem, destocamento, instalação e correção de guias correntes, manutenção de terminais hidrovíários da Hidrovia dos rios Mearim, Parnaíba, Pindaré e Grajaú, contemplando, além das demais obrigações e responsabilidades descritas no presente Termo de Referência, quando solicitado pela fiscalização ou na frequência indicada, o seguinte:

5.2.7. Fiscalizar todas as atividades a serem programadas e realizadas pela Executora, bem como comprovar a efetiva utilização de insumos e seus quantitativos pela mesma, bem como a efetiva mobilização das equipes;

5.2.8. Fornecer apoio à fiscalização na elaboração dos certificados de medições, conferência de documentações e faturas decorrentes da execução dos serviços, bem como apoio na elaboração de Aditivos e Apostilas contratuais com as informações e pareceres pertinentes;

5.2.9. Apresentar à fiscalização, mensalmente, assinado pelo responsável da supervisora, certificado de medição da(s) executora(s) contendo os quantitativos e valores medidos no mês, sendo a supervisora responsável pela veracidade e precisão das informações prestadas e pela conferência dos serviços executados e sua compatibilidade com as especificações e demais condições do(s) contrato(s) da(s) executora(s). Estes certificados serão utilizados pelo fiscal do DNIT para emissão e pagamento das medições das executoras;

5.2.10. Estudar e conhecer os contratos da executora e suas peculiaridades técnicas e administrativas, de forma a poder conferir e mensurar os serviços executados e assessorar a fiscalização do DNIT;

5.2.11. Acompanhar, no campo, todos os serviços referentes a dragagem, destocamento, implantação / e ou correção de guias correntes, manutenção de instalações portuárias, conferindo a qualidade da execução e sua aderência às especificações, mantendo equipe técnica na hidrovia.

5.2.12. Receber, conferir e assinar os diários de obra da executora, registrando observações quando necessário, assim como apresentá-los à fiscalização através dos relatórios mensais;

5.2.13. Acompanhar os trabalhos de quantificação de volumes da executora da dragagem, de forma a obter os elementos necessários à comparação da execução física com os valores propostos;

5.2.14. Fornecer, em todos os relatórios, o nível de referência para redução das profundidades de dragagem, além dos dados de calibração do equipamento batimétrico;

5.2.15. Efetuar levantamento batimétrico (monofeixe - pré e pós operação) dos locais a serem dragados ou outros locais solicitados pela fiscalização na Hidrovia dos rios Mearim, Parnaíba, Pindaré e Grajaú e realizar o processamento dos dados.

5.2.16. Fornecer os dados de levantamentos batimétricos brutos e reduzidos, em formato .xyz ou outro solicitado, sua data de aquisição e metodologia e valores de redução adotados. A partir dos dados, entregar mensalmente os perfis batimétricos das áreas trabalhadas em arquivos editáveis e PDF;

5.2.17. No início do contrato e a cada 12 meses subsequentes, realizar batimetria em toda Hidrovia, de forma a atualizar plantas do traçado do canal de navegação e assegurar a segurança da navegação na Hidrovia, definir plano de ataque da dragagem, priorizando trechos críticos, e calcular volume estimado de dragagem para cada trecho.

5.2.18. Informar o volume geométrico estimado de dragagem e o volume de assoreamento previsto por unidade de tempo, bem como os volumes de dragagem semanais, quinzenais ou mensais, individualizados por área/trecho/passo, sempre que solicitado pela fiscalização;

5.2.19. Sempre que solicitado pela fiscalização, elaborar desenhos dos perfis batimétricos ou curvas isobatimétricas de locais onde foram realizadas batimetrias. Manter planta baixa atualizada com as últimas batimetrias realizadas de toda a extensão da hidrovia.

5.2.20. Entregar os arquivos editáveis e PDF dos desenhos e, quando solicitado, plotar os desenhos e entregar à fiscalização;

5.2.21. Aferir e certificar os volumes efetivamente dragados pela executora, se responsabilizando pelos mesmos;

5.2.22. Verificar e efetuar o lançamento do traçado do canal de navegação nas plantas batimétricas, em conformidade com o projeto da via. Tais plantas devem ser entregues à fiscalização, junto aos relatórios;

5.2.23. Fornecer mensalmente, através dos relatórios técnicos:

- planilha de cubagem do volume geométrico de dragagem conforme modelo do DNIT;
- memória de cálculo do volume de assoreamento;
- caracterização dos equipamentos de dragagem;
- proposta de cronograma de dragagem;
- plantas batimétricas;
- plantas atualizadas do traçado do canal de navegação conforme dragagem realizada e plantas das áreas de despejo;

5.2.24. Fornecer, instalar e supervisionar as réguas linimétricas, além de realizar acompanhamento diário nos locais onde há serviços em andamento e fornecimento ao DNIT dos registros da leitura do nível do rio;

5.2.25. Supervisionar fabricação, posicionamento e condições físicas dos sinais náuticos utilizados na hidrovia, bem como atualizar e fornecer, mensalmente, os projetos de localização dos mesmos (em plantas e com coordenadas).

5.2.26. Auxiliar e assessorar o DNIT em possíveis comunicados à Marinha do Brasil sobre os serviços supervisionados, inclusive dragagem e instalação ou alteração de sinais náuticos ao longo da hidrovia, fornecendo toda documentação exigida para essa operação, de acordo com a normativa regente, inclusive elaborando documentos e realizando reuniões e visitas, se necessário;

5.2.27. Auxiliar a fiscalização no acompanhamento dos serviços de desobstrução dos leitos e dragagem dos canais de navegação nos rios Parnaíba, Mearim, Pindaré e Grajaú, assim também como os serviços de implantação e ou correção de espigões guias correntes. Elaborar relatórios de acompanhamento, relatórios fotográficos;

5.2.28. Elaborar mapa e fichas descritivas da situação dos terminais hidroviários;

5.2.29. Elaborar mapa com georrefenciamento dos locais delimitados, aptos e licenciados para despejo/bota-fora;

5.2.30. Apoiar o planejamento e fiscalização da execução das demais atividades de responsabilidade da Executora;

- 5.2.31. Elaborar pareceres, levantamentos, relatórios e outras atividades de cunho técnico relativas à manutenção e operação da hidrovia e aos serviços prestados pela executora;
- 5.2.32. Assessorar análise, em conjunto com DNIT, do planejamento da empresa executora da manutenção da hidrovia a fim de verificar a compatibilização dos planos de execução propostos em relação a qualidade dos serviços e os prazos;
- 5.2.33. Adotar providências para alertar a Fiscalização do DNIT do descumprimento dos prazos de execução dos serviços contratados e de possíveis interrupções dos serviços prestados;
- 5.2.34. Elaborar estudo para determinação e aferição dos parâmetros de produtividade dos Serviços contratados pelo DNIT, objeto da contratação com produção relatórios de acompanhamento de todas as fases das atividades envolvidas nos serviços de dragagem, destocamento, manutenção de terminais hidroviários (mobilização, deslocamento, despejo, operação, etc.). Os resultados deste estudo deverão ser apresentados no relatório mensal, que deverá indicar índices de produtividade e será atualizado mensalmente, incluindo os novos dados obtidos;
- 5.2.35. Assessorar o DNIT na análise de eventuais reivindicações das empresas contratadas para execução de serviços hidroviários, sob qualquer aspecto, com emissão de pareceres sobre os assuntos;
- 5.2.36. Disponibilizar, sempre que solicitado, suporte logístico terrestre e aquaviário, de porte adequado, para o deslocamento da fiscalização aos locais dos serviços que estão sendo supervisionados pela CONTRATADA, a partir de ponto da hidrovia ao longo da margem mais favorável, ou outro ponto solicitado pela fiscalização;
- 5.2.37. Auxiliar o DNIT propondo soluções a eventuais problemas verificados na execução dos serviços hidroviários contratados;
- 5.2.38. Organizar sistematicamente os dados digitais georreferenciados em banco de dados geográfico digital com todas as informações georreferenciadas dos levantamentos efetuados em formatos vetorial e matricial para o controle da fiscalização e acompanhamento dos serviços da Supervisão;
- 5.2.39. Informar à fiscalização qualquer alteração na hidrovia que possa acarretar em perigo aos navegantes. Auxiliar a fiscalização na conduta utilizada, através de fornecimento de materiais, a fim de normalizar o uso da hidrovia, em casos de perigos.
- 5.2.40. Quando necessário, elaborar todos documentos necessários para eventuais comunicações aos órgão e autoridades responsáveis;
- 5.2.41. Participar de reuniões, virtuais ou presenciais, com o DNIT, executora ou outras partes relacionadas ao serviços que auxiliarão na fiscalização.

5.3. Observar as normas, manuais e especificações a seguir :

5.3.1. Manuais, Normas e Especificações Gerais de Obras Portuárias do DNIT/DNER. Outras Normas, como da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, da Autoridade Marítima – MARINHA, inclusive NORMAMs, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, da Agência Nacional de Águas – ANA, Licenças de Operação da Hidrovia e outras pertinentes.

5.4. Os textos que compõem a documentação reguladora da orientação técnica da contratação incluem, mas não se limitam, aos seguintes, incluindo eventuais retificações ou atualizações publicadas:

5.4.1. CONTRATO e EDITAL de Licitação;

5.4.2. Normas e Especificações Gerais Vigentes no DNIT;

5.4.3. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7/DNIT SEDE, DE 12 DE MARÇO DE 2021, que Define modelo de Relatório de Supervisão e de Gerenciamento de Obras e Serviços para o acompanhamento de execução dos programas de Construção, Operação e Manutenção das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte – IP4, Eclusas, Dragagens, Derrocamentos, Desobstruções, Sinalizações/Balizamentos, Levantamentos Hidrográficos e todos os programas no âmbito da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária – DAQ/DNIT;

5.4.4. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/DNIT SEDE, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021, que dispõe sobre a rotina de procedimentos relativos à elaboração do Plano Anual de Dragagem de Manutenção Aquaviária - PADMA e a execução, medição e fiscalização de contratos PADMA.

5.4.5. S-44 - Especificações para Levantamentos Hidrográficos, desenvolvido pela Organização Hidrográfica Internacional (OHI) e Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) com a finalidade de aprimorar a segurança da navegação;

5.4.6. Projetos de Engenharia;

5.4.7. Normas da ABNT;

5.4.8. NBR 13133 (2021) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para execução de levantamentos topográficos;

5.4.9. Normas da MARINHA;

5.4.10. NORMAM-501/DHN, adotada pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), sobre “Normas da Autoridade Marítima para Levantamentos Hidrográficos” em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), por órgão ou entidade não pertencente à MB;

5.4.11. NORMAM-601/DHN, adotada pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), sobre “Normas da Autoridade Marítima para Auxílios à Navegação”, para aplicação no território nacional e nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), contribuindo, conseqüentemente, para a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana no mar e a prevenção de poluição nas vias navegáveis;

5.4.12. NORMAM-11/DPC, adotada pela Diretoria de Portos e Costas (DPC) “Normas da Autoridade Marítima para Obras, Dragagens, Pesquisa e Lavra de Minerais sob, sobre e às Margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras”, no que concerne ao ordenamento do espaço aquaviário e à segurança da navegação.

5.4.13. Se porventura existirem normativos brasileiros que apresentem procedimentos divergentes dos contidos no “Manual de Dragagem e Gestão de Material Dragado” do Corpo de Engenheiros do Exército Americano, dar-se-á prioridade aos normativos brasileiros.

5.4.14. Demais instruções de serviço e instruções normativas emitidas pelo DNIT/Marinha do Brasil/Outros Órgãos Especializados e que se apliquem à contratação em pauta

5.5 Local e horário da prestação dos serviços

5.5.1 Os serviços serão prestados nas localidades constantes na planilha do ANEXO I.

5.6 Especificação da garantia do serviço

5.6.1 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.8 Uniformes

5.8.1 Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.8.1.2 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

- conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.8.3 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.8.4 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.8 Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7.1 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato será através de servidores designados pelo Superintendente da SRMA/DNIT.

6.6. As atribuições do gestor e fiscal do contrato estão definidas na IN/SEGES/MPDG nº 05/2017.

6.7. Os meios de comunicação com a contratada serão por: ofício, e-mail e ou correios.

6.8. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.15.1 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.15.2 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES /MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando -se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.19 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.19.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.19.1.2 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.19.1.3 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.19.1.4 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.19.1.5 entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.19.1.5.1 Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.19.1.5.2 certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.19.1.5.3 Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.19.1.5.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.20 entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.20.1 extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.20.1.2 cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.20.1.3 cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.20.1.4 comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.20.1.5 comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.20.1.6 documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.21 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados nos itens acima deverão ser apresentados.

6.22 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.23 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.24 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.25 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.26 No caso de sociedades diversas[A2] , tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.27 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.28 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.29 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.30 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.31 A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.32 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.33 Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.34 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.35 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.36 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.37 O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.38 A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.39 A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.40 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.41 A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.41.1 diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.41.2 necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

6.42 As compensações de jornada limitam-se:

6.42.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.42.2 ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.43 A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

Gestor do Contrato

6.44 Cabe ao gestor do contrato:

6.44.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.44.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.44.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.44.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.44.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.44.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.44.7 receber e dar encaminhamento imediato:

6.44.7.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.44.7.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.4.8 Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O valor mensal a preços iniciais a ser medido pela Supervisora seguirá os percentuais definidos no Anexo I. Em situações onde o ritmo de obra estiver reduzido, incidirão sobre os percentuais dos Cronogramas Físico-Financeiro os percentuais definidos de acordo com o ritmo definido pelo fiscal para os serviços de supervisão e gerenciamento.

7.2. Para pagamento dos relatórios/produtos serão verificados:

- A equipe mobilizada de acordo com o ritmo definido para a supervisora;

- A entrega e aceite dos relatórios (mensais, finais, dentre outros documentos comprobatórios que sintetizem a execução dos serviços), estabelecidos no presente documento.

7.3. O andamento físico dos serviços de supervisão e gerenciamento deverá ser sempre compatível com ritmo da obra conforme disposto neste Termo de Referência.

7.4. O Fiscal deverá verificar se o quantitativo de profissionais alocados e, no mínimo, o indicado na Planilha de Orçamento e no Anexo I deste Termo de Referência. O valor mensal pago não será superior ao definido mensalmente por serviço supervisionado conforme este Termo de Referência, considerando a aplicação dos percentuais definidos para cada ritmo da supervisora.

7.5. A supervisão da Obra Aquaviária terá início quando dada a Ordem de Serviço pelo gestor do contrato para o serviços/obra supervisionada.

7.6. O DNIT pagará à contratada, de cada item, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas contidas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

7.7. Emitido o atestado de conformidade, o contratado deverá apresentar à Fiscalização a nota fiscal correspondente à medição, que será encaminhada ao setor competente após devidamente atestada pelo setor.

7.8. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias, para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite na nota fiscal recebida pelo DNIT.

Do recebimento

7.9. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.10. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.11. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.12 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.13 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.14. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.15. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.16. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.17 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.18. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.19. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.20. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.21. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.22. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.23 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.24. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.24.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.24.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.24.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.24.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.24.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.25. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.26. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.27. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.28. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.29. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.30. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.31. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.32. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.33. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.34. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.35. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.36. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.37. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.38. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.39. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.40. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.41. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.42. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.43. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.44. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.45. O valor mensal a preços iniciais a ser medido pela Supervisora seguirá os percentuais definidos no Anexo I. Em situações onde o ritmo de obra estiver reduzido, incidirão sobre os percentuais dos Cronogramas Físico-Financeiro os percentuais definidos no Quadro 04, de acordo com o ritmo definido pelo fiscal para os serviços de supervisão e gerenciamento

7.46. Para pagamento dos relatórios/produtos serão verificados:

- A equipe mobilizada de acordo com o ritmo definido para a supervisora;
- A entrega e aceite dos relatórios (mensais, finais, dentre outros documentos comprobatórios que sintetizem a execução dos serviços), estabelecidos no presente documento.

7.47. O andamento físico dos serviços de supervisão e gerenciamento deverá ser sempre compatível com ritmo da obra conforme disposto neste Termo de Referência.

7.48. O valor mensal pago não será superior ao definido mensalmente por serviço supervisionado conforme este Termo de Referência, considerando a aplicação dos percentuais definidos para cada ritmo da supervisora.

7.49. A supervisão da Obra Aquaviária terá início quando dada a Ordem de Serviço pelo gestor do contrato para o serviços/obra supervisionada.

7.50. O DNIT pagará à contratada, de cada item, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas contidas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

7.51. Emitido o atestado de conformidade, o contratado deverá apresentar à Fiscalização a nota fiscal correspondente à medição, que será encaminhada ao setor competente após devidamente atestada pelo setor.

7.52. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias, para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite na nota fiscal recebida pelo DNIT.

7.53. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.54. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.55. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.56. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7.57. Em observância aos itens 9.1.2 e 9.1.5 do Acórdão 84/2020 – Plenário do Tribunal de Contas da União e demais normativos, este item do Termo de Referência detalha o critério de medição adotado para a licitação. Os critérios aqui definidos são regras para medição da supervisora em função do ritmo das obras executadas, sendo previstos a adequação da equipe da supervisora para os ritmos normal, médio, lento e paralisado, buscando o melhor atendimento aos interesses da administração pública.

7.58. Em observância aos normativos vigentes, ao princípio da economicidade e da motivação dos atos administrativo, este capítulo define o critério de pagamento por ritmo de obra definido neste Termo de Referência de forma a aferir a produtividade das obras supervisionadas e fazer que isto se reflita na mobilização da empresa supervisora.

7.59. Desta forma, deverá constar nos Relatórios Mensais da empresa supervisora uma análise sobre o efetivo rendimento das obras e serviços de engenharia aquaviária, com uma abordagem sobre o ritmo dos serviços.

7.60. O ritmo dos serviços será aferido pelo fiscal do contrato, com base na produtividade de sua execução, avaliada, para o mês subsequente, por meio de análise do valor da medição mensal do contrato da execução das obras.

7.61. O ritmo será considerado de acordo com a produtividade mensal apresentada pela obra frente ao cronograma de execução de serviços. A classificação dos ritmos é relacionada com coeficientes de minoração de acordo com o quadro a seguir:

PRODUTIVIDADE	PERCENTUAL DE MEDIÇÃO*	RITMO
Acima de 70%	100%	Normal
Abaixo de 70% e acima de 30%	60%	Médio
Abaixo de 30%	30%	Lento
0%	0%	Paralisado

*considerar regras de pagamento e prazos para classificação.

7.62. Para efeito de pagamentos/medição, quando detectado um ritmo de execução dos Contratos supervisionados fora do normal, aos Produtos 02 a 05 e aos Produtos 10 a 14, serão aplicados os percentuais de respectivamente, de 60%, 30% e 0%, conforme "Quadro 04", podendo haver ocasiões em que será medido/pago apenas o valor referente ao "Produto 01", de modo a garantir o suporte e acompanhamento técnico da Supervisora Contratada.

7.63. O cronograma foi definido considerando o ritmo normal das obras para todo o prazo de execução das obras e o prazo de execução das obras e serviços de engenharia aquaviária. De acordo com os procedimentos ora descritos, essa quantidade pode ser alterada durante a vigência do contrato, uma vez que também podem ocorrer medições mensais correspondentes aos ritmos médio, lento e paralisado.

7.64. No caso de celebração de termo aditivo contratual de prazo, com consequente elevação de valor, as quantidades de meses em ritmo normal, médio, lento e paralisado, a serem adotadas para o prazo de vigência acrescido, deverão ser proporcionais às quantidades de meses de cada ritmo, consideradas pelo fiscal do contrato, desde o início da prestação dos serviços até a data de celebração do referido termo aditivo.

7.65. As quantidades de meses em ritmo normal, médio lento e paralisado, que devem ser adotadas na celebração de eventuais termos aditivos contratuais de prazo e, consequentemente, de valor, podem não ser proporcionais às quantidades realizadas até então, conforme determina o item anterior, desde que adequadamente justificado pelo fiscal do contrato.

7.66. Em caso de termos de aditivo, o limite legal de 25% do valor inicial atualizado do contrato deve ser respeitado. Termos aditivos que ultrapassem este limite legal estarão em desacordo com o estabelecido no art. 124, da Lei nº 14.133, de 1º de ABRIL de 2021 e entendimento do Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 84/2020, subitem 9.1.3, inclusive quando a modificação do valor ocorrer em razão da prorrogação de prazo de vigência. Caso necessário, deve-se adotar medidas tempestivas com vistas a realizar nova contratação.

Cessão de Crédito

7.68 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.69 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.70 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.71 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.72 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.73 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento por TÉCNICA E PREÇO..

8.1.2. A documentação constante da proposta a ser apresentada pelas licitantes deverá atender aos requisitos dispostos nos itens a seguir:

Capacidade Operacional e Experiência do Licitante:

8.1.2.1. A capacidade operacional da licitante (pessoa jurídica) será realizada mediante à comprovação de experiência na execução de trabalhos técnicos de supervisão e gerenciamento de execução de infraestrutura Aquaviária de mesmo caráter compatível e de igual complexidade ou superior, com atestado de boa execução em nome da empresa, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado e devidamente registrado no conselho de classe competente, conforme consta no Quadro ABAIXO:

SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS
Realização de levantamentos hidrográficos que contemplem batimetria monofeixe, edições de fluxo e vazão por ADCP ou equivalente e instalação de rede geodésica em hidrovias
Supervisão de desobstrução através de destocamento em corpos hídricos navegáveis
Supervisão de desobstrução através de dragagem em corpos hídricos navegáveis
Supervisão de manutenção e reforma das instalações portuárias

8.1.2.2. Para cada um dos serviços executados e relacionados acima, a título de habilitação da empresa, deverá ser anexado atestado e/ou certidão comprovando a execução dos mesmos, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante e discriminação dos serviços.

8.1.2.3. Os atestados para Capacidade Operacional da empresa deverão ser acompanhados das respectivas CAO(s) em nome da empresa, nos termos da Resolução nº 1.137/23-CONFEA, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. É permitida a apresentação ou a soma de diferentes atestados de capacidade técnica, para cada um dos diferentes serviços. Segue abaixo o quadro de atestação constante no quadro a seguir:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade
1	Dragagem	1.000.000M³	m³
2	Destocamento	8 canais	Corpo Hídrico
3	Realização de levantamentos batimétricos monofeixe, edições de fluxo e vazão por ADCP ou equivalente e instalação de rede geodésica em hidrovias:	10.000Km de LH monofeixe; 200Km de trecho contratado; 250Km ADCP ou Equivalente	Km lineares
4	Supervisão de manutenção e reforma das instalações portuárias	8(oito) instalações portuárias	Instalação Portuária

8.1.2.3.1. Em relação as quantidades mínimas para o serviço de dragagem, temos como referencia a contratação do Plano Anual de Dragagem de Manutenção Aquaviária, como consta no processo 50615.000815/2022-52, com uma estimativa anual de 700 mil metros cúbicos, assim como a a implantação de um PADMA para a região da bacia hidrográfica ocidental.

8.1.2.3.2 Com relação à quantidade mínima de instalações portuárias estipulada no quadro anterior, leva-se em consideração a quantidade atual dos referidos bens aquaviários em questão que são um total de 22 instalações portuárias de pequeno porte, onde representa 40% do total de Instalações.

8.1.2.3.3 Quanto à quantidade de corpos hídricos para destocamento e limpeza, utilizou-se como parâmetro os últimos contratos (vigentes, encerrados e com contratação em andamento) demonstram uma quantidade superior em mais de 20 corpos hídricos a serem trabalhados, somando tanto a Bacia Hidrográfica do Parnaíba, como também a Bacia do Atlântico Nordeste Ocidental, onde representa 40% do total de Corpos Hídricos exigidos.

8.1.2.3.4 Para a realização de levantamentos batimétricos monofeixe, edições de fluxo e vazão por ADCP ou equivalente e instalação de rede geodésica em hidrovias, leva-se em conta a real necessidade em campo para levantamentos de contratos que estão em andamento e para contratações previstas, as quais refletem a real necessidade de execução.

8.1.2.4. Sob pena de inabilitação, os atestados acima referenciados deverão estar em nome da licitante e/ou consórcio que tenha participado.

8.1.2.5. Todos os documentos apresentados tempestivamente, ficarão anexados ao processo, sendo vedada sua substituição posterior.

8.1.2.6. A não apresentação de qualquer documento solicitado acima ou sua apresentação em desacordo com a forma e quantidades estipuladas, implicará na automática inabilitação da licitante.

8.1.2.7. Quando o atestado não for emitido pelo contratante principal, deverá ser juntada à documentação uma declaração formal do contratante principal confirmando que o licitante tenha participado da execução do serviço objeto do Contrato.

8.1.2.8. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes.

8.1.2.9. Capacidade profissional da equipe técnica

8.1.2.10. Os profissionais técnicos da empresa licitante (pessoa física) devem possuir experiência em trabalhos técnicos especializados de execução ou supervisão ou gerenciamento da execução de obras de infraestrutura Aquaviária, comprovando ter executado em qualquer tempo, serviços de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior ao objeto desta Licitação, conforme atestado e/ou certidão emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no conselho profissional competente, conforme os critérios apresentados no Quadro abaixo.

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS	Quantidade de atestados por profissionais
Único	Coordenador Geral (Produtos 1)	Engenheiro com experiência comprovada na função de Coordenador ou Responsável Técnico por Realização de levantamentos hidrográficos que contemplem batimetria monofeixe, edições de fluxo e vazão por ADCP ou equivalente e instalação de rede geodésica em hidrovias	01
		Engenheiro com experiência comprovada na função de Coordenador ou Responsável Técnico por serviços de Supervisão de desobstrução através de destocamento em corpos hídricos navegáveis	01
		Engenheiro com experiência comprovada na função de Coordenador ou Responsável Técnico de serviços de Supervisão de desobstrução através de dragagem em corpos hídricos navegáveis	01
		Engenheiro com experiência comprovada na função de Coordenador ou Responsável Técnico de serviços de Supervisão de	01

8.1.2.11. O(s) atestado(s) e/ou a(s) certidão(ões) do QUADRO 06, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente serão aceitos, se acompanhados das respectivas Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, emitidas pelo CREA.

8.1.2.12. Apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido, indicando com marca texto os itens que comprovarão as exigências.

8.1.2.13. A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) relacionados será realizada mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS, onde conste o(s) nome(s) do(s) profissional(ais), todos esses com data referente ao período de execução do objeto do atestado/certidão;ou

8.1.2.14. Contrato de trabalho registrado no CREA à época da execução do objeto do atestado/certidão.

8.1.2.15. Será admitida a comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

8.1.2.16. Quando se tratar de dirigente ou sócio dessa empresa, tal COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO PROFISSIONAL deverá ser realizada por meio da apresentação do seu ato constitutivo e/ou da certidão de registro/certidão de inscrição no CREA, devidamente atualizada.

8.1.2.17. A licitante deverá anexar a(s) DECLARAÇÃO(ÕES) INDIVIDUAL(IS), por escrito do(s) profissional(ais) apresentado(s) para atendimento às exigências, autorizando sua(s) inclusão(ões) na equipe técnica, e que irá participar na execução dos trabalhos.

8.1.2.18. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- nome do contratado e do contratante;
- identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- localização do serviço; e
- serviços executados (discriminação e quantidades).

8.1.2.19. O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições aqui requeridas não será considerado pela comissão de licitação.

8.1.2.20. Os atestados e/ou certidões de capacidade técnica profissional deverão ter sido emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados/averbados pelo CREA, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante e discriminação dos serviços.

8.1.2.21. Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal da obra (órgão ou ente público), deverá ser juntada à documentação:

- declaração formal do contratante principal confirmando que o técnico indicado foi responsável técnico pela sua execução, ou um de seus responsáveis técnicos;

8.1.4.22. A verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados, se dará por meio da análise de certidões e/ou atestados apresentados, regularmente emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, relacionados a serviços compatíveis com o objeto da contratação executados pela empresa a serem comprovados pela licitante.

8.2. Proposta Técnica com notas a quesitos de natureza qualitativa

8.2.1. Seguindo os preceitos dispostos no parágrafo II do Artigo nº 37 da Lei nº 14.133/2021, a estruturação da proposta técnica pelo licitante deverá compor os seguintes grupos:

I - Qualificação das equipes técnicas (QTP);

II - Metodologia e o programa de trabalho, a qual se subdivide:

a) Metodologia e Programa de Trabalho (NMP1) - Organização e Gestão;

b) Metodologia e Programa de Trabalho (NMP2) - Parâmetros de inovação tecnológica e de certificação.

III - Demonstração de conhecimento do objeto (NCO); e

IV - Relação dos produtos que serão entregues (NDP).

8.3. Na apresentação da proposta técnica, caso haja marcação de escolhas solicitadas duplas ou múltiplas ou ainda, nenhuma marcação realizada, serão desconsiderados para fins de pontuação e julgamento quaisquer pontuações ao quesito em avaliação, não sendo considerado o quesito na proposta técnica da licitante.

8.4. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.4.1. Serão adotados os pesos 70% (setenta) por cento para técnica e 30% (trinta) por cento para preço, tendo em vista que o presente processo trata de serviços de cunho estritamente técnico

8.5. AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

8.5.1. Uma vez apurada a pontuação do licitante no quesito técnica, ser-lhe-á atribuído um índice de avaliação, o qual será obtido a partir da análise comparativa das pontuações obtidas por todas as empresas participantes, obedecendo-se aos seguintes parâmetros:

$$= (1 \cdot 1) + (2 \cdot 2) + (3 \cdot 3) + (4 \cdot 4)$$
, onde:

= Nota da Proposta Técnica;

= Pontuação da licitante no quesito técnica conforme critério;

= Percentual a ser aplicado a cada pontuação, conforme o grau de importância técnica.

8.5.2. Apurado o índice da "proposta técnica" da licitante para cada lote, será considerado o peso atribuído à "técnica", obedecendo-se aos seguintes parâmetros:
$$= \frac{\text{Avaliação do licitante no quesito técnica}}{\text{Nota da Proposta Técnica}} \times 0,7$$
, onde:

= Avaliação do licitante no quesito técnica;

= Nota da Proposta Técnica;

(70%) = Peso atribuído ao quesito técnica

8.6. AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.6.1. À "proposta de preços" será atribuído um índice de avaliação, o qual será obtido a partir da análise comparativa do custo das propostas financeiras apresentadas por todas as empresas participantes deste certame, obedecendo-se aos seguintes parâmetros:

$$= \frac{\text{Índice da licitante no quesito preço}}{\text{Menor valor apresentado pelas licitantes classificadas no quesito preço}}$$
, onde:

= Índice da licitante no quesito preço;

= Menor valor apresentado pelas licitantes classificadas no quesito preço;

= Valor apresentado pela licitante no quesito preço.

8.6.2. Vale considerar que, conforme o art. 28 da IN 02/2023 SEGES/MGI, no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor de referência orçado pela Administração.

8.6.3. Sendo assim, será desclassificada a licitante que apresentar proposta cujo valor seja inferior a 75% do referencial.

8.6.4 Serão desclassificadas as licitantes que apresentarem suas propostas com valores a maior que o referencial, elaboradas pela Administração.

8.6.5. Apurado o índice das empresas licitantes em sua "proposta financeira", será considerado o peso atribuído ao "preço", obedecendo-se aos seguintes parâmetros:

$$= \frac{\text{Avaliação do licitante no quesito preço}}{\text{Índice da licitante no quesito preço}} \times 3$$
, onde:

= Avaliação do licitante no quesito preço;

= Índice da licitante no quesito preço;

3 (30%) = Peso atribuído ao quesito preço.

8.7. DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA TÉCNICA AFETA À QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

8.7.1. Para a avaliação da capacidade dos profissionais, são separados os grupos dos profissionais em três grupos:

- Qualificação da Equipe técnica - Grupo 1: Engenheiro Pleno, Engenheiro Júnior dos Produtos 01 e 08.
- Qualificação da Equipe técnica - Grupo 2: Engenheiro Ambiental Júnior dos Produtos 02 ao 05, 09 e 11.
- Qualificação da Equipe técnica - Grupo 3: Engenheiro (Especialista em Hidrografia/Hidrossedimentologia) dos Produtos 07, 10 e 13.

Obs.: (*) - o tempo de atestação do profissional não poderá contemplar sobreposição de tempos de serviços.

8.7.2 Para os profissionais afetos ao acima indicados, as empresas deverão comprovar, por meio da apresentação de atestados e /ou certidões, regularmente emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e devidamente registrados no conselho profissional competente, que os profissionais indicados para as funções de Engenheiro Coordenador-Geral e Engenheiros Técnicos atendem às exigências do quadro a seguir:

Critérios de Habilitação técnico-profissional e avaliação da qualificação da equipe técnica.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL (QTP)					
CATEGORIA PROFISSIONAL		FUNÇÕES EXECUTADAS	PONTUAÇÃO BÁSICA DOS ATESTADOS	PONTOS POR ANO OU ATESTADOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA DOS ANOS ATESTADOS
Engenheiro com experiência em Coordenação	Coordenador Geral - Produtos 01	Coordenador	Experiência comprovada em atestados na realização de levantamentos batimétricos monofeixe, edições de fluxo e vazão por ADCP ou equivalente e instalação de rede geodésica em hidrovias	5	10
			Experiência comprovada em atestados na realização de Supervisão de desobstrução por meio de destocamento em corpos hídricos navegáveis	5	10
			Experiência comprovada em atestados na realização Supervisão de desobstrução através de dragagem	5	10
			Experiência comprovada em atestados na realização de Supervisão de manutenção e reforma das instalações portuárias	5	10

Obs.: o tempo de atestação do profissional não poderá contemplar sobreposição de tempos de serviços.

8.8. A comprovação da Capacidade Profissional dos Técnicos indicados pela licitante que apresentará proposta, se deve ao fato de que para cada uma das respectivas categorias profissionais requeridas, o profissional deverá comprovar que tenha aprimorado conhecimento para supervisionar e dar apoio à fiscalização às demandas de trabalhos incluídos no objeto a ser contratado, o que somente é obtido quando este(s) profissional(is) exerceu(ram) as atividades exigidas acima.

8.9. Para efeito da presente contratação, conforme o tempo de experiência profissional em conformidade com as exigências da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, instituída pela Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020, o tempo de experiência exigido para cada um será de:

- Igual ou mais de 8 (oito) anos para os profissionais Engenheiro Coordenador-Geral;
- Igual ou mais de 5 (cinco) anos para o profissional Engenheiro Pleno e Até 5 (cinco) anos para o profissional Engenheiro Júnior;

- 8.10. Assim, Além de satisfazerem às exigências dispostas no quadro acima, o profissional Engenheiro Coordenador-Geral deverá comprovar o tempo de experiência profissional em conformidade com as exigências da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT.
- 8.11. Para fins de comprovação do tempo de experiência, serão levados em consideração os períodos em que o profissional atuou como Engenheiro, independentemente de escopos contratuais ou funções exercidas.
- 8.12. O tempo de experiência deverá ser comprovado por meio da apresentação atestados e/ou certidões.
- 8.13. Serão considerados apenas os atestados/certidões que comprovem que o profissional atuou de maneira exclusiva, ou seja, no mínimo 40 horas semanais, na execução ou Supervisão dos serviços contemplados no quadro "Qualificação Técnico-Profissional (QTP)".
- 8.14. Além do profissional do Grupo 1 compor requisito obrigatório para fins de habilitação profissional, de finalidade eliminatória, conforme todos os atestados apresentados, o profissional também será avaliado conforme qualificação da equipe técnica profissional, mediante atribuição de pontuação quanto ao critério avaliativo da proposta técnica, compondo quesitos para pontuação da Qualificação Técnico Profissional 01 (QTP1) na forma acima disposta nas tabelas.
- 8.15. DOS DEMAIS QUESITOS RELATIVOS À PROPOSTA TÉCNICA AFETA À QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA
- 8.15.1. Além dos quesitos avaliativos atinente à qualificação da equipe técnica do Grupo 1, também comporá pontuação à qualificação da equipe técnica do Grupo 2 de profissionais, experiência extra à função a ser executada, a ser comprovada também por meio da apresentação de atestados e/ou certidões, regularmente emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e devidamente registrados no conselho profissional competente, conforme Tabelas abaixo:

Pontuação relativo à Qualificação da equipe técnica afeto ao Grupo 2 de profissionais (Produtos 01)

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL (QTP)								
CATEGORIA PROFISSIONAL		FUNÇÕES EXECUTADAS	TIPO DE CONTRATO	SERVIÇOS SUPERVISIONADOS		PONTUAÇÃO BÁSICA DOS ATESTADOS	PONTOS POR ANO O U ATESTADOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA D O S ATESTADOS
Profissionais que habilitam	Produtos 01	Engenheiro Pleno ou Responsável Técnico	Assessoramento e/ou Execução e/ou Supervisão de obras e serviços aquaviários	Execução de serviços de obras de destocamento;		Experiência em e m serviços e obras de destocamento;	5	10
				Desobstrução por meio de dragagem em corpos hídricos navegáveis		Experiência comprovada em atestados de supervisão ou execução d e desobstrução por meio de dragagem em corpos hídricos navegáveis	5	10
				Execução e/ou manutenção e/ou melhoria e /ou readequação de instalações de infraestrutura de transporte aquaviário		Experiência comprovada em atestados de execução e / o u manutenção de instalações de infraestrutura de transporte aquaviário	5	10

Pontuação relativo à Qualificação da equipe técnica afeto ao Grupo 3 de profissionais (Produtos 07,10,13)

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL (QTP)							
						PONTOS	PONTUAÇÃO

CATEGORIA PROFISSIONAL		FUNÇÕES EXECUTADAS	TIPO DE CONTRATO	SERVIÇOS SUPERVISIONADOS	PONTUAÇÃO BÁSICA DOS ATESTADOS	POR ANO O U ATESTADOS	MÁXIMA D O S ATESTADOS
Profissionais q u e habilitam	Produtos 07,10,13	Engenheiro ou Responsável Técnico (Especialista em Hidrografia/Hidrossedimentologia)	Assessoramento e/ou Execução e /ou Supervisão de obras e serviços aquaviários	Experiência em serviços e obras aquaviárias	Experiência comprovada em atestados com 1 ano de atuação no mínimo;	5	10
				Realização de Batimetria Monofeixe	Experiência comprovada em atestados de Realização de Batimetria Monofeixe	5	10
				ADCP	Experiência comprovada em atestados de execução de medições de fluxo e vazão por ADCP ou equivalente	5	10

8.15.2. Para os profissionais do Grupo 2, a comprovação da experiência profissional na área exigida deverá ser apresentada pela empresa, previamente à mobilização dos profissionais, os quais deverão comprovar, por meio da apresentação de atestados e/ou certidões, regularmente emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e devidamente registrados no conselho profissional competente.

8.15.3. Somente deverá ser preenchido para cada função profissional indicada apenas uma assertiva, sendo vedada a indicação de mais de uma assertiva para uma mesma função profissional.

AVALIAÇÃO - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL (QTP)	
DESCRIÇÃO	REQUISITOS
PRODUTOS 01 - GERENCIAMENTO/ COORDENAÇÃO CENTRAL	
Experiência profissional por meio de atestados de capacidade técnica na área de atuação	
	<p>O licitante pretende apresentar, quando da mobilização da equipe, afeto ao Engenheiro Pleno - Controle de obras, profissional com quais características profissionais?</p> <p>() (a) Engenheiro Pleno somente com experiência profissional de mais de 5 (cinco) anos;</p> <p>() (b) Engenheiro Pleno, além de (a), também com comprovação de atuação na área através de atestados de capacidade técnica, com:</p> <p>() 1 (um) ano com atestado de capacidade técnica;</p>

ENGENHEIRO PLENO	() 2 (dois) ano com atestado de capacidade técnica; () 3 (três) ano com atestado de capacidade técnica; () 4 (quatro) ano com atestado de capacidade técnica; () 5 (cinco) ano com atestado de capacidade técnica; () 6 (seis) ano com atestado de capacidade técnica; () 7 (sete) ano com atestado de capacidade técnica; () 8 (oito) ano com atestado de capacidade técnica; () 9 (nove) ano com atestado de capacidade técnica;
---------------------	---

8.16. DA PROPOSTA TÉCNICA AFETA À METODOLOGIA E O PROGRAMA DE TRABALHO

8.16.1. Para possibilitar a avaliação do conhecimento e capacidade das licitantes na abordagem dos itens acima, as empresas deverão incluir em suas propostas técnicas documento a ser elaborado em conformidade com as orientações dos itens a seguir, levando em consideração ainda este Termo de Referência como um todo, o conhecimento a respeito da localidade onde os serviços serão prestados, os normativos aplicáveis ao DNIT e as leis, decretos e jurisprudências em vigor.

8.16.2. Para demonstrar conhecimento sobre o objeto da presente licitação, as licitantes deverão discorrer, no que tange à Metodologia e o programa de trabalho, assuntos relativos aos seguintes eixos e temas descritos no quadro a seguir:

- Metodologia e Programa de Trabalho (NMP1) - Organização e Gestão;

DESCRIÇÃO	QUESITOS E PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO	Nº MÁXIMO DE PÁGINAS
Metodologia e Programa de Trabalho (NMP1) - Organização e Gestão		100	10
Atribuições e qualificações da Equipe alocada		60	
Descrever, a partir da organização funcional proposta, as atribuições, qualificações e cronograma de permanência da equipe mensal e estratégia de mobilização e/ou compartilhamento de equipes por demanda.			
Critérios para atendimento aos indicadores de desempenho (IN 39 /21)		40	

- Metodologia e Programa de Trabalho (NMP2) - Parâmetros de tecnologia utilizada.

DESCRIÇÃO	QUESITOS E PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO	Nº MÁXIMO DE PÁGINAS
Metodologia e Programa de Trabalho (NMP2) - Parâmetros de tecnologia utilizada		100	

<p>A licitante propõe nos levantamentos hidrográficos para fins de inovação tecnológica para além dos padrões mínimos definidos no Termo de Referência quanto aos recursos materiais e equipamentos a serem utilizados.() Ecobatímetro monofeixe capaz de operar com frequência entre 200 e 250 kHz, com frequência de amostragem igual ou superior a 10 Hz;() Sistema de Posicionamento GNS com acurácia submétrica, receptores com dupla frequência (L1/L2), com capacidade de obtenção das precisões horizontal = 5,0 cm + 1ppm / vertical = 10,0 cm + 1ppm. Capacidade de operar com taxa de amostragem de, no mínimo, 20Hz;() Software de aquisição de dados (Hypack ou análogo);() Perfilador acústico de efeito Doppler – ADCP;</p>	60	08
<p>A licitante propõe quanto ao controle topográfico, para fins de inovação tecnológica para além dos padrões mínimos definidos no Termo de Referência quanto aos recursos materiais e equipamentos a serem utilizados, a realizar levantamentos topográficos sem ônus adicional ao DNIT, por meio de qual metodologia de levantamento:() Estação total ou outro</p>	40	

8.17. DA PROPOSTA TÉCNICA AFETA À DEMONSTRAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO (NCO)

8.17.1. Para demonstrar conhecimento sobre o objeto da presente licitação, a qual incidirá em pontuação máxima de 15,0 pontos e número máximo de páginas a ser apresentado pelo licitante alusivo ao conhecimento do objeto na sua proposta técnica de 10 (dez) páginas as licitantes deverão discorrer sobre os seguintes assuntos:

AVALIAÇÃO QUALITATIVA (AVQ)			
DESCRIÇÃO	REQUISITOS	PONTUAÇÃO	N ° MÁXIMO D E PÁGINAS
CONHECIMENTO DO OBJETO (NCO)		100	
Conhecimento sobre a abrangência do objeto		60	
Ações de manutenção abrangidas	Discorrer sobre os programas do DNIT de manutenção de infraestrutura de transporte aquaviário que estarão sujeitos aos serviços de Supervisão a serem	60	

	contratados consoante normas correspondentes que os regulamentam.		
Conhecimento sobre a malha de transporte aquaviário abrangida pela SRMA		20	
Ações de manutenção e acompanhamento	Apresentar e discorrer sobre as informações constantes dos indicadores gerenciais possíveis de serem extraídos do Atlas de infraestrutura de transporte aquaviário e dos Mapas dos Relatórios Gerenciais de Manutenção disponíveis no site institucional do DNIT. Devem ser quantificados os tipos de contratos existentes no trecho a ser supervisionado, trechos desprovidos de contratos de manutenção e obras de arte existentes no trecho.	10	10
Condições atuais das hidrovias e instalações portuárias	Apresentar e discorrer sobre as informações constantes atuais no Atlas Hidroviário do DNIT	10	
Conhecimento sobre os procedimentos a serem utilizados no acompanhamento de obras e serviços de infraestrutura de transporte aquaviários		20	
Descrever e discorrer sobre Normativos vigentes do DNIT de supervisão de obras, critérios de avaliação e relatório de acompanhamento		10	
Descrever sobre a ferramenta do DNIT de acompanhamento de supervisão, aplicabilidades e recursos existentes		10	

8.18. DA PROPOSTA TÉCNICA AFETA À DEMONSTRAÇÃO DA DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS QUE SERÃO ENTREGUES (NDP)

8.18.1. Para a proposta técnica afeta à demonstração da descrição dos produtos que serão entregues pelo licitante, cuja pontuação somará ao grupamento referente à nota da descrição dos produtos (NDP) na equação objetiva da avaliação da proposta técnica, deverão discorrer acerca de conhecimento sobre os produtos que serão entregues escopo da presente licitação.

8.18.2. Para tanto, incidirá em pontuação máxima de 10,0 pontos e número máximo de páginas a ser apresentado pelo licitante na sua proposta técnica condizente a este tema de 20 (vinte) páginas. Com estas condições, as licitantes deverão discorrer sobre os seguintes assuntos:

AVALIAÇÃO QUALITATIVA (AVQ)			
DESCRIÇÃO	REQUISITOS	PONTUAÇÃO	N ° MÁXIMO D E PÁGINAS
DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES (NDP)		100	20
Composição de cada produto		60	
Discorrer sobre os produtos a serem entregues, como é disposta a composição dos Produtos, com relação aos recursos humanos e materiais			
Interrelação das atividades e frequência com os produtos		40	

8.19. DA AVALIAÇÃO E NOTA FINAL OBJETIVA AOS QUESITOS DE NATUREZA QUALITATIVA (NFPT)

8.19.1. Assim, após os cálculos finais atinentes à qualificação técnico profissional com a pontuação relativa total do grupo QTP, a nota final relativa aos quesitos de natureza qualitativa disposta na Lei nº 14.133/2021 no tocante à proposta técnica da licitante apresentará assim pontuação total máxima resumidamente da seguinte forma:

QUESITOS D E NATUREZA QUALITATIVA	PONTUAÇÃO ABSOLUTA MÁXIMA	LIMITE MÁXIMO DE PÁGINAS	PESO D O QUESITO
Qualificação das equipes técnicas (QTP)	100,00 Pontos.	Não se aplica.	40%
Metodologia e Programa de Trabalho (NMP1) - Organização e Gestão	100,00 Pontos.	10 Páginas.	15%
Metodologia e Programa de Trabalho (NMP2) - Parâmetros de tecnologia utilizada	100,00 Pontos.	08 Páginas.	15%
Demonstração d e conhecimento	100,00 Pontos.	10 Páginas.	20%

do objeto (NCO)			
Relação dos produtos que serão entregues (NDP)	100,00 Pontos.	20 Páginas.	10%
Pontuação TOTAL GERAL:	500 Pontos	48 Páginas	100%

8.19.2. O cálculo da Nota Final da Pontuação Técnica (NFPT) será obtido através da equação a seguir:

$$NFPT = (QTP * 40\%) + (NMP1 * 15\%) + (NMP2 * 15\%) + (NCO * 20\%) + (NDP * 10\%)$$

E

$$T = NFPT * 0,7$$

Onde:

NFPT - NOTA FINAL DA PONTUAÇÃO TÉCNICA

QTP - Nota referente à qualificação Técnica das equipes (soma dos pontos obtidos com atestados básicos, atestados extras e certificações);

NMP1 - Nota absoluta final referente a metodologia e programa de trabalho - organização e gestão;

NMP2 - Nota absoluta final referente a metodologia e programa de trabalho - parâmetros de inovação tecnológica e de certificação; e NDP - Nota absoluta final referente a descrição dos produtos a serem entregues.

NCO - Nota absoluta final referente ao conhecimento do objeto;

NDP - Nota absoluta final referente a Descrição dos Produtos ;

T – Avaliação do licitante no quesito técnica

7(70%) – peso atribuído ao quesito técnico

Proposta de Preço

8.20. Todas licitantes deverão apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e as composições de preços unitários, conforme planilhas constantes do Orçamento Referencial elaborado pelo DNIT, para efeito de avaliação de exequibilidade, de sobrepreço (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021) e para determinação da nota relativa à proposta de preço;

8.21. Com base nas planilhas que compõem o orçamento referencial, apresentadas pela Superintendência Regional do DNIT no Estado de Maranhão e incluídas no presente Termo de Referência, as consultoras apresentarão suas propostas de preços para cada produto e subproduto, por meio do preenchimento de todas as planilhas integrantes do orçamento referencial;

8.22. Para que seja mantida a isonomia na licitação, as quantidades previstas de profissionais, equipamentos e demais itens constantes das composições do Orçamento Referencial do DNIT deverão ser integralmente mantidos nas planilhas que comporão o orçamento a ser proposto pelas licitantes;

8.23. Os valores salariais da proposta deverão corresponder a uma jornada de trabalho de 44 horas semanais;

8.24. Não deverão constar nas propostas valores de mão-de-obra abaixo dos pisos salariais estabelecidos pelos Conselhos de Classes e/ou Convenções Coletivas;

8.25. Não deverão constar nas propostas valores globais e/ou preços unitários superiores aos estimados pelo DNIT;

8.26. Vale considerar que, conforme o art. 28 da IN 02/2023 SEGES/MGI, no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor de referência orçado pela Administração.

- 8.27. Sendo assim, será desclassificada a licitante que apresentar proposta cujo valor seja inferior a 75% do referencial.
- 8.28. Serão desclassificadas as licitantes que apresentarem suas propostas com valores a maior que o referencial, elaboradas pela Administração.
- 8.29. A nota a ser atribuída à proposta de preço será calculada mediante a seguinte equação:

= /

onde:

- = Índice da licitante no quesito preço;
- = Menor valor apresentado pelas licitantes classificadas no quesito preço;
- = Valor apresentado pela licitante no quesito preço.

Apurado o índice das empresas licitantes em sua “proposta financeira”, será considerado o peso atribuído ao “preço”, obedecendo-se aos seguintes parâmetros:

- = × 30, onde:
- = Avaliação do licitante no quesito preço;
- = Índice da licitante no quesito preço;

30 (30%) = Peso atribuído ao quesito preço

8.29.1. Na elaboração da proposta de preços é necessário que a licitante apresente os Quadros constantes no Anexo II , orçados no mês/ano de referência de JULHO/2025, em moeda corrente nacional.

8.29.2. Com base nas planilhas orçamentárias apresentadas pelo DNIT no Edital ou Termo de Referência, as empresas licitantes devem apresentar suas propostas de preços por meio de orçamento detalhado, contendo todos os itens previstos no orçamento referencial.

8.29.3. A administração pública propõe pagar por produtos (Relatórios Mensais, Relatórios Finais, As Built e Passagens) que tiveram seu valor estimado considerando os insumos e equipe necessária para sua execução. Desta forma, o orçamento da licitação é composto por valores atribuídos para mão de obra e insumos conforme planilha orçamentária Anexo I. Para nenhum dos componentes do orçamento será admitido valores inexequíveis. O valor máximo admitido para cada item do orçamento será o definido na planilha orçamentária Anexo I, sendo desclassificadas as propostas com itens que apresentarem valores superiores ao definido pela administração pública.

8.29.4. As empresas licitantes devem apresentar devidamente preenchidos os quadros constantes no Anexo II do Termo de Referência. A proposta de preços deve possuir prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura e prazo de garantia, conforme disposto no art. 6º da Lei nº 10.520/2002.

8.29.5. O licitante deverá apresentar demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para o item "BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI", inclusive com relação às parcelas que o compõe a alíquota do ISSQN aplicável esteja devidamente identificada (art. 9º da IS DG nº 12/2010, de 28 de julho de 2010).

8.29.6. Os tributos IRPJ e CSLL não deverão integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalíssima, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante.

8.29.7. A proposta de preços compreende a descrição dos serviços que serão executados e o valor total, devendo ser compatível com as especificações constantes neste Termo de Referência, bem como atender às seguintes exigências:

- Descrever detalhadamente as características dos serviços a serem executados, de forma clara e específica;
- Apresentar devidamente preenchidas os quadros constantes no ANEXO II do Termo de Referência;
- Registrar o prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura e prazo de garantia. O Quadro abaixo contém as informações essenciais para o lançamento dos itens no sítio do COMPRASNET:

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
------	--------	---------------	-------	-------	----------------------	-------------------

01	1341	Prestação de Serviços Comuns de Engenharia relativos a Supervisão na execução de obras e serviços de engenharia aquaviária e de Gerenciamento das ações aquaviárias no âmbito da Superintendência Regional do Maranhão - SRE-MA/ DNIT, na região Hidrográfica do Atlântico Nordeste Ocidental e na região Hidrográfica do Parnaíba.	UN.	01	A ser preenchido pela licitante	A ser preenchido pela licitante
TOTAL GERAL (R\$)					A ser preenchido pela licitante	

8.30. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.30.1. O prazo de validade das propostas é de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

8.30.2. A proposta compreende a descrição dos serviços que serão executados, o Preço Unitário por Produto, devendo ser compatível com as especificações constantes do Termo de Referência.

8.30.3. O desconto ofertado, por produto, deverá ser estendido aos eventuais futuros termos aditivos.

8.30.4. Os Encargos Sociais adotados pelo DNIT no orçamento referencial são aqueles estabelecidos pela Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020. Cabe ainda destacar os seguintes aspectos:

- Os licitantes deverão apresentar o detalhamento dos encargos sociais atendendo a legislação vigente, bem como os acordos e convenções coletivas que regulamentem a atividade de Consultoria, não sendo obrigatório adotar os mesmos percentuais estabelecidos pelo DNIT na composição dos Encargos Sociais;
- Caberá a contratada, assegurar aos integrantes da equipe, a garantia das obrigações previstas em lei, quanto aos encargos sociais obrigatórios (Grupo A), décimo terceiro, férias, reincidências e eventuais custo(s) com o(s) desligamentos) do(s) colaborador(es);
- Caberá a contratada, assegurar que na ausência de qualquer colaborador, por qualquer razão, haverá a reposição do colaborador ausente, nas mesmas condições de contratação já explicitadas neste Instrumento Convocatório, bem como consta na Instrução Normativa nº 7, de 20 de setembro de 2018 e Manual de Custos de Infraestrutura de Transporte do SICRO - Volume 4.

8.30.5. Não será permitido que os valores de um mesmo item ou do BDI componente da composição de custos sejam diferentes de produto para produto, ou seja, não poderá ocorrer a variação no preço de um insumo qualquer, mantendo a paridade dos preços dos insumos entre os Produtos.

8.30.6. Não poderão ser alterados os quantitativos e produtividades previstas nas composições dos produtos e subprodutos (profissionais, equipamentos e demais itens das composições) constantes da planilha de orçamento referencial, sob pena de desclassificação.

8.30.7. No que se refere ao BDI, os licitantes não poderão apresentar BDI superior àquele indicado no Orçamento Referencial. Além disso, deve ser observado o atendimento aos valores mínimos para o PIS (0,65%), COFINS (3,00%) e ISSQN.

8.30.8. Os licitantes sujeitos ao regime de tributação não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem

à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária. (Determinação TCU).

8.30.9. Na elaboração da sua proposta, os licitantes, primeiramente deverão respeitar os pisos salariais de cada categoria, observando a senioridade dos profissionais de nível superior, bem como aos encargos sociais mínimos obrigatórios. Além disso, atender aos valores mínimos e máximos para os insumos das composições dos Produtos, respeitar a paridade dos preços, onde couber, e por fim, ao BDI.

8.31. NOTA FINAL

8.31.1. A Nota Final (AF) será atribuída na forma da expressão abaixo:

$$AF = T + P$$

= Avaliação do licitante no quesito técnica;

= Avaliação do licitante no quesito preço.

8.32. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.32.1. Após o resultado da análise das PROPOSTAS TÉCNICAS e das PROPOSTAS DE PREÇOS, atribuição da Nota Final de cada licitante, declarado o vencedor e decorridos os prazos e julgamentos dos recursos porventura apresentados, será aberto o envelope de HABILITAÇÃO do licitante que obteve a maior Nota Final, procedendo-se à análise da mesma conforme descrito a seguir.

8.33. HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.33.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.33.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.33.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.33.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.33.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.33.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.33.7 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.33.8. Deverá ser apresentada Certidão comprobatória de inscrição ou registro da licitante e dos seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, ou em outro conselho competente, da região a que estiver vinculada, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação.

8.33.9. documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.34. HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

8.34.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.34.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.34.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.34.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.34.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.34.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.34.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.34.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.35. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

8.35.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.35.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.35.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.35.5. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

8.35.6. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

8.35.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.35.8. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.35.9. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.35.10. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

a) a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

b) caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.35.11. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.35.12. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.36 REGIME DE EXECUÇÃO

8.36.1 O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

- 8.37. O critério de aceitabilidade de preço será o Valor global estimado da contratação;
- 8.38 O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha orçamentária elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;
- 8.38.1 O salário base dos postos de trabalho de nível auxiliar, técnico e superior júnior não poderá ser menor que o piso salarial da respectiva categoria, conforme convenção coletiva de trabalho - cct e especificação da tabela de consultoria do DNIT.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 25.291.528,30

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. A Superintendência Regional apresenta seguir as planilhas que integram o Orçamento Referencial de cada lote, para Execução dos Serviços Técnicos Especializados de Supervisão e Apoio à Fiscalização na Execução das Ações de Manutenção e Restauração De transporte aquaviário, sob a Jurisdição da Superintendência Regional no Estado de Maranhão, constantes no PPA.
- 9.2. Destaca-se que as equipes incluídas nas composições orçamentárias do DNIT são referenciais e foram baseadas em contratações similares já realizadas pelo DNIT. A quantidade de profissionais a serem disponibilizados pela contratada poderá variar em função do volume de atividades e em função da produtividade de cada profissional mobilizado, desde que respeitado ao disposto no item "Mobilização" deste Termo de Referência.

CONTRATO DE SUPERVISÃO - BACIA HIDROGRÁFICA DO ATLÂNTICO NORDESTE OCIDENTAL E DO PARNAÍBA						
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA						QUADRO 01
Data Base: Julho/2025						
CÓDIGO	PRODUTO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	GERENCIAMENTO/COORDENAÇÃO CENTRAL					9.497.693,16
1.1	P01	GERENCIAMENTO/COORDENAÇÃO CENTRAL	mês	36	263.824,81	9.497.693,16
2	ATLÂNTICO NORDESTE OCIDENTAL					8.354.966,30
2.1	P02	SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS DE DESOBSTRUÇÃO, ATRAVÉS DE DESTOCAMENTO DAS HIDROVIAS DO PINDARÉ (HN 304), MEARIM (HN 302) E GRAJAÚ (HN 305)	Unidade	36	52.472,62	1.889.014,32
2.2	P03	SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS DE DESOBSTRUÇÃO DO LEITO, ATRAVÉS DE DRAGAGEM DAS HIDROVIAS DO PINDARÉ (HN 304), MEARIM (HN 302) E GRAJAÚ (HN 305)	Unidade	24	88.944,88	2.134.677,12
2.3	P04	SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE DEFELORES (ESPIGÕES) E MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DE DISPOSITIVOS JÁ EXISTENTES NAS HIDROVIAS DO PINDARÉ (HN 304), MEARIM (HN 302) E GRAJAÚ (HN 305)	Unidade	18	75.349,24	1.356.286,32
2.4	P05	PORTUARIAS, LOCALIZADOS NA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO ATLÂNTICO NORDESTE OCIDENTAL	Unidade	36	64.596,61	2.325.477,96
2.5	P06	LEVANTAMENTO BATIMÉTRICO MONOFEIKE NAS HIDROVIAS DO PINDARÉ (HN 304), MEARIM (HN 302) E GRAJAÚ (HN 305)	km	5.000	58,53	292.650,00
2.6	P07	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO DE PROCESSAMENTO BATIMÉTRICO	Unidade	6	42.511,93	255.071,58
2.7	P08	ELABORAÇÃO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICOS EM APOIO À OBRAS E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	Ha	20	5.089,45	101.789,00
3	PARNAÍBA					7.438.868,84
3.1	P09	SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS DE DESOBSTRUÇÃO, ATRAVÉS DE DESTOCAMENTO DA HIDROVIA DO RIO PARNAÍBA (HN 400)	Unidade	36	69.589,63	2.505.226,68
3.2	P10	SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS DE DESOBSTRUÇÃO DO LEITO, ATRAVÉS DE DRAGAGEM DA HIDROVIA DO RIO PARNAÍBA (HN 400)	Unidade	24	77.624,32	1.862.983,68
3.3	P11	SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS DE CONTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES PORTUARIAS, LOCALIZADOS NA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO PARNAÍBA	Unidade	36	64.525,87	2.322.931,32
3.4	P12	LEVANTAMENTO BATIMÉTRICO MONOFEIKE NA HIDROVIA DO PARNAIBA (HN 400)	km	5.000	58,53	292.650,00
3.5	P13	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO DE PROCESSAMENTO BATIMÉTRICO	Unidade	6	58.881,36	353.288,16
3.6	P14	ELABORAÇÃO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICOS EM APOIO À OBRAS E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	Ha	20	5.089,45	101.789,00
SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA AQUAVIÁRIA - TOTAL ANUAL (12 MESES)						5.058.305,66
SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA AQUAVIÁRIA - TOTAL CONTRATUAL (36 MES)						25.291.528,30

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I - Gestão/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT / Divisão de Programação e Execução Orçamentária - DAQ;

II- UGR: 393007: 39252 - DEPTO. NAC. DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES;

III - Fonte: 0100000000

IV - Programa de Trabalho:

26.784. 3105. 20LN - Operação de Terminais Hidroviários;

26.784.3105.219Z.6034 - Conservação e Recuperação de Ativos da União na Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental;

26.784.3105.219Z.6035 - Conservação e Recuperação de Ativos da União na Região Hidrográfica do Parnaíba.

V - Elemento de Despesa: 51

11. Reajustamento dos preços

11. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. O Critério de Reajustamento de Preços é definido no edital, nos termos do Art. 3º § 1º da Lei nº 10.192, de 14/02/01, depois de decorrido o prazo 01 (um) ano do mês/ano adotado como referência para o orçamento da proposta vencedora, que deverá ser o mesmo do orçamento referencial do DNIT. O índice a ser adotado para o reajustamento dos valores objeto da presente licitação deverá ser o de CONSULTORIA (Supervisão e Projetos), constante da tabela de ÍNDICES DE REAJUSTAMENTO DE OBRAS PORTUÁRIAS, fornecida pela Fundação Getúlio Vargas, disponibilizada no site do DNIT.

11.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação dos índices de variação do IPCA / IBGE em vigor adotados pela legislação federal regedora da ordem econômica

11.3. A parcela dos preços contratuais em Reais, poderão ser reajustados mediante expressa e fundamentada manifestação da Contratada, nos termos e condições estabelecidos neste Termo de Referência. O primeiro reajuste poderá ocorrer somente após o prazo de 1 (um) ano, contado a partir do mês base da proposta que é o mesmo do orçamento preestabelecido no Edital, nos termos do art. 3º, § 1º, da Lei nº 10.192/2001, mantendo-se para os reajustes subsequentes, a mesma periodicidade anual, garantindo a atualidade dos preços praticados, evitando defasagens que possam ocasionar o rompimento da equação econômico-financeira, originalmente estabelecida.

11.4. O reajuste será aplicado pelo índice de reajustamento da Tabela de Consultoria do DNIT, conforme Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses, independente da variação para maior ou para menor. Não se admitirá nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

11.5. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida a seguir, segundo a IS/DG/DNIT nº 1 /2019:

$$R = V * \frac{Ii - Io}{Io}$$

Em que:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Ii = Índice correspondente ao mês do reajuste; e

11.6. A data-base do orçamento referencial é JUL/2025.

11.7. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.8. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12. Obrigações da Contratada

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários (tais como impressora, notebooks, celulares, softwares e internet banda larga), na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste termo de referência e em sua proposta.

12.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integridade, ficando a contratada autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos

12.3. A Contratada será responsável pelo cumprimento integral das exigências constantes do Edital, das Normas e Especificações de Serviço do DNIT pertinentes, assim como as demais atribuições descritas neste Termo de Referência.

12.4. Contratada deverá manter preposto, que será representado pela pessoa do Coordenador Geral, integrante da equipe técnica, aceito pela Administração durante o período de vigência do Contrato, para representá-lo administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, CPF e número do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

12.4.1. O preposto, uma vez indicado pela Contratada e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, em São Luís/MA, no primeiro dia útil após assinatura do Contrato, para assinar, juntamente com o servidor designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado a registrar as principais ocorrências durante a execução do Contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e à execução do Contrato, relativos à sua competência.

12.4.2. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados e manter contato com o Fiscal do Contrato, com o objetivo de sanar qualquer demanda contratual.

12.4.3. A Contratada orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Higiene e Segurança do Trabalho.

12.5. Fica determinado que os Projetos, Especificações e toda a documentação relativa à obra são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outro será considerado especificado e válido.

12.6. A Contratada deverá manter as condições de habilitação, inclusive o recolhimento do ISSQN ao Município do local da prestação do serviço, durante toda a execução do Contrato.

12.7. O Contrato compreenderá a totalidade dos serviços, baseado no preço proposto pela Licitante, considerado final e incluído todos os encargos, taxas e bonificações.

12.8. A produção ou aquisição dos materiais e respectivo transporte são de inteira responsabilidade da Contratada.

12.9. A Contratada deverá apresentar, na documentação de habilitação, relação contendo os nomes e respectivas funções dos profissionais indicados para compor a equipe técnica indicada para habilitação profissional da Licitante. Para cada profissional

indicado, deverão ser relacionados os números das Certidões de Acervos Técnicos – CAT e dos respectivos Atestados que comprovam sua capacidade técnica.

12.10. Somente será possível a substituição de integrantes da equipe técnica pontuada (capacidade operacional e/ou capacidade profissional da Licitante) por outro(s) que, na forma deste Termo de Referência, comprove (em) por meio Atestado(s)/Certidão (ões) possuir a capacitação técnica exigida neste Termo de Referência.

12.11. Qualquer alteração deste Termo de Referência deverá ser feita por meio de termo aditivo contratual, seguindo as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

12.12. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos decorrentes do Contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao DNIT, nem poderá onerar o objeto desta concorrência, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o DNIT.

12.13. Com relação aos profissionais vinculados ao Contrato, a Contratada deverá:

12.13.1. Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços;

12.13.2. Manter o pessoal responsável pela execução dos serviços de supervisão devidamente identificado (uniformes e crachás), quando os referidos serviços ocorrerem no local das obras de construção da Estação de Passageiros.

12.13.3. Sempre que solicitado pelo Fiscal do Contrato, comprovar a vinculação dos funcionários ao Contrato;

12.13.4. Manter a quantidade e especialidade de profissionais tecnicamente habilitados para a realização do serviço de supervisão e gerenciamento objeto desta licitação, observando-se as considerações sobre a quantidade de profissionais descritas no item que trata sobre o Ritmo das Obras de Execução;

12.13.5. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do presente Edital;

12.13.6. Cumprir as exigências sindicais e/ou de conselhos profissionais, quanto aos valores mínimos de salários estabelecidos para a categoria profissional correspondente.

12.14. No que concerne a declarações e documentos a serem apresentados, a Contratada deverá:

12.14.1. Manter Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), e apresentá-la à Fiscalização sempre que solicitado;

12.14.2. Apresentar Descrição detalhada mostrando que tem pleno domínio e conhecimento das atividades que serão desenvolvidas durante a execução de seus trabalhos de assessoria ao DNIT nos trabalhos técnicos especializados de Supervisão de obras de construção;

12.14.3. Apresentar Declaração expressa que colocará à disposição um preposto, profissional de nível superior qualificado e capacitado para gerenciar todas as atividades, objeto do presente Termo de Referência;

12.14.4. Apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas de acordo com a Lei nº 12.440/2011, que institui a comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. Cabe alertar que a existência de débitos tributários abrange tanto a matriz da Empresa quanto suas filiais, tanto para adjudicação, contratação e pagamento.

12.15. A Contratada deverá também:

12.15.1. Manter as mesmas condições de habilitação, em especial, no que se refere ao recolhimento de impostos Federais, Estaduais e Municipais, durante toda a execução do objeto;

12.15.2. Executar a entrega dos serviços de acordo com as Especificações de Serviços e demais condições estipuladas no Edital e seus Anexos;

12.15.3. Disponibilizar os seguintes Softwares e Licenças: deverá dispor de software de planejamento, preferencialmente o MS Project, Plataforma Hardware/Software de gestão e supervisão de obras, de georreferenciamento para utilização do Google Earth Professional, entre outros softwares que serão utilizados no decorrer do contrato.

12.15.4. Comunicar à Fiscalização do DNIT, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento, caso existam;

12.15.5. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e previdenciários resultantes dos serviços a serem prestados;

12.15.6. Informar imediatamente a Fiscalização do DNIT qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize o fornecimento do produto;

12.15.7. Apresentar, mensalmente, junto com a Nota Fiscal/Fatura os seguintes documentos:

12.15.7.1. Guia de Recolhimento do FGTS - GFIP;

12.15.7.2. Guia de Recolhimento do INSS;

12.15.7.3. Folha de Frequência dos Profissionais mobilizados no período.

12.16. Reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem defeitos ou incorreções nos serviços prestados e que forem detectadas durante a vigência do Contrato, cuja responsabilidade lhe seja atribuível, exclusivamente;

12.17. Apresentar previamente solicitação de alteração e substituição da equipe ao Fiscal do Contrato designado pelo DNIT, respeitando-se a graduação e experiência mínima requerida para cada cargo;

12.18. Manter o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e Especificações que a ela venham a ser confiados ou que venha a ter acesso em razão da prestação dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los, reproduzi-los ou deles dar conhecimento a quaisquer terceiros;

12.19. Participar de reuniões com o Fiscal do Contrato designado pelo DNIT sempre que solicitada;

12.20. Assumir todos os encargos de possíveis demandas cíveis e penais relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

12.21. Será desenvolvido pela equipe técnica da Contratada o controle físico-financeiro de todas as fases das atividades executadas sob a orientação técnica da Fiscalização do DNIT. A metodologia a ser utilizada deverá seguir as Normas e Especificações do DNIT.

12.22. As Normas, Manuais, Instruções e Especificações em vigor no DNIT deverão ser obedecidas. Qualquer alteração na sistemática por elas estabelecida, com a respectiva justificativa, será primeiramente submetida à consideração do DNIT, a quem caberá decidir a orientação a ser adotada.

12.23. A contratada deverá apresentar a metodologia de execução de seus trabalhos de assessoria ao DNIT nos trabalhos técnicos especializados de Supervisão de obras Aquaviárias, contendo as informações técnicas específicas condizentes com as suas especificidades, de forma objetiva, de modo a possibilitar ao DNIT uma análise sobre o conhecimento e condições técnicas da Contratada, possibilidade de cumprimento de prazos e qualidade de atuação da proposta, parâmetros esses que serão utilizados pela Fiscalização do DNIT na execução dos trabalhos, objeto desta Licitação.

12.24. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

12.25. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017:

12.26. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à

12.27. Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.28. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13. Obrigações da Contratante

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE

13.1. Designar por meio de Portaria um Representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes ao objeto Contratado, assim como fazer cumprir todas as demais disposições legais para Contratação e execução de Contratos de serviços de consultoria do DNIT.

- 13.2. Emitir Nota de Empenho e informar a Contratada sobre a sua emissão.
- 13.3. Atestar a Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, após recebimento e aprovação do serviço Contratado pela Fiscalização do DNIT.
- 13.4. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de aceite da Nota Fiscal/Fatura emitida pela Contratada, na forma estabelecida no Cronograma Físico-Financeiro corrigido após aprovação da Proposta de Preços.
- 13.5. Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias à execução dos serviços Contratados, objeto deste Termo de Referência, especificando os detalhamentos necessários à sua perfeita execução.
- 13.6. Fiscalizar a execução do objeto do presente Termo de Referência, em conformidade com o Contrato assinado entre as partes.
- 13.7. Analisar e aprovar os Relatórios Mensais e o Relatório Final.
- 13.8. Orientar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos, cabendo-lhe especificamente acompanhar as atividades executadas, verificar a exata aplicação dos recursos financeiros deste Termo de Referência e avaliar os resultados.
- 13.9. Aprovar, excepcionalmente, a alteração da programação da execução do objeto Contratual, a ser apresentada pela Contratada, devidamente justificada, que deverá ser apresentada a Fiscalização do DNIT no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias do término do Contrato.
- 13.10. Exercer a atividade normativa, o controle e a Fiscalização sobre a execução do objeto Contratual.
- 13.11. Exigir que a implementação do objeto Contratual seja em conformidade com as exigências descritas no Termo de Referência e Cronograma de Execução, que farão parte integrante e inseparável do Contrato.
- 13.12. Prestar informações e esclarecimentos necessários que possam vir a ser solicitados pela Contratada.
- 13.13. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações Contratuais assumidas, e com as Especificações deste Termo de Referência e seus Anexos.
- 13.14. Publicar, no Diário Oficial da União, o extrato do Contrato celebrado, no prazo de até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura, com indicação da modalidade de Licitação e de seu número de referência, conforme estabelece o art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.
- 13.15. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 13.16. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 13.17. Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como:
- 13.18. Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 13.19. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- 13.20. Considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela contratada;
- 13.21. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, As Built, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 13.22. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela prestação do serviço, à administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:
- 13.23. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente; e

14. Infrações e Sanções Administrativas

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Descumpridas as obrigações e condições de licitação/contratação previstas neste Termo de Referência, e/ou, no Edital, e/ou no Contrato, serão aplicadas as penalidades conforme hipótese e gradação descritas nos artigos 155, 156 e §§ da Lei nº 14.133, de 2021; aplicável, no que cabível, a Instrução Normativa DG/DNIT nº 06, de 2019 com as alterações feitas pela Instrução Normativa DG/DNIT nº 10, de 22 de agosto 2019 e pela Instrução Normativa DG/DNIT nº 52, de 03 de agosto de 2021; e eventuais alterações ou edições subsequentes.

14.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a LICITANTE/CONTRATADA que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.3. Serão aplicadas à LICITANTE/CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j” “k” e “l” do subitem acima, bem como nas alíneas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

I. Moratória de 0,33% (trinta a três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

II. Moratória de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o item anterior, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.

III. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

IV. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 6.1, a multa será de 5% do valor do Contrato.

V. Compensatória, para infração descrita na alínea “b” do subitem 6.1, a multa será de 15% do valor do Contrato.

VI. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 6.1, de 20% do valor do Contrato.

VII. Compensatória, para infrações descritas na alínea “d” do subitem 6.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.

VIII. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 6.1, de 1% a 5% do valor do Contrato.

14.4. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.9.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.9.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.12. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos contratualmente ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.13. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.13.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.15 Os débitos da CONTRATADA para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

15. Controle e Fiscalização

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O DNIT deverá indicar um representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes ao objeto contratado, conforme dispõe o Art. 117º da Lei 14.133/2021 e suas alterações, assim como fazer cumprir todas as demais disposições legais.

15.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

15.3. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

15.4. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

15.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

15.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

15.7. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

15.8. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

15.9. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.10. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.11. O preposto deverá por assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

15.12. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência,

15.13. Resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos

15.15. Indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.16. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

15.17. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.18. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133 /2021. (IN05/17 - art. 62)

15.19. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

15.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

15.21. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES /MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

15.22. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

16. Disposições Finais

16.1 Declaro que sou responsável pela elaboração das planilhas orçamentárias a que se refere o art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como da sua compatibilidade com o presente Termo de Referência, sendo o mesmo atual e adequado. Os preços unitários utilizados na elaboração do orçamento são os constantes na tabela de consultoria do DNIT do SICRO, no **mês-base de Julho de 2025, para o Estado do Maranhão**.

(assinado eletronicamente)

JACKSON SILVA FERREIRA

Membro da Comissão de Contratação

16.2 Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à contratação de empresa especializada para a prestação de Serviços Comuns de Engenharia relativos a Supervisão na execução de obras e serviços de engenharia aquaviária e de Gerenciamento das ações aquaviárias no âmbito da Superintendência Regional do Maranhão - SRE/MA/DNIT. Estou de acordo e declaro que sou responsável pelas informações de natureza técnica contidas neste Termo de Referência.

(assinado eletronicamente)

ANTONIO LOBATO VALENTE

Engenheiro

16.3 De acordo com o Termo de Referência.

(assinado eletronicamente)

LOURINALDO JORGE PIRES

Coordenador de Engenharia Aquaviária

16.4 Ciente da necessidade da contratação em tela e das informações prestadas, aprovo o Termo de Referência, nos termos do art. 14, inciso II do Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

(assinado eletronicamente)

BRENO PEREIRA ALMEIDA

Superintendente Regional do DNIT no Estado do Maranhão - Substituto

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JACKSON SILVA FERREIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/01/2026 às 17:49:11.

ANTONIO LOBATO VALENTE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/01/2026 às 17:49:56.

LOURINALDO JORGE PIRES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/01/2026 às 17:55:16.

BRENO PEREIRA ALMEIDA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 06/01/2026 às 11:02:35.

